



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAROLINA ALMEIDA DE FARIAS

**ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E LEGITIMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA
NARRATIVA POLÍTICA RUSSA SOBRE A “OPERAÇÃO MILITAR ESPECIAL”
NA UCRÂNIA (2021-2024)**

SÃO CRISTÓVÃO

2026

CAROLINA ALMEIDA DE FARIAS

**ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E LEGITIMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA
NARRATIVA POLÍTICA RUSSA SOBRE A “OPERAÇÃO MILITAR ESPECIAL”
NA UCRÂNIA (2021-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado
ao Departamento de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Sergipe como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel em Relações Internacionais.

**Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de
Albuquerque.**

SÃO CRISTÓVÃO

2026

CAROLINA ALMEIDA DE FARIAS

**ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E LEGITIMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA
NARRATIVA POLÍTICA RUSSA SOBRE A “OPERAÇÃO MILITAR ESPECIAL”
NA UCRÂNIA (2021-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado
ao Departamento de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Sergipe como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de
Albuquerque.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque
Orientador

Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira
Examinador Interno

Prof. Dr. David Paulo Succi Junior
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, quero agradecer à minha mãe, Josineide, por todo o incentivo que me deu até hoje e por sempre me ouvir, independente do que eu estivesse falando. Ao meu pai, Ademir, pelo apoio e pelos esforços dedicados a mim. Vocês me permitiram sonhar e fizeram o possível pela concretização desses sonhos.

Agradeço também à minha irmã, Andressa, por dividir a vida comigo, principalmente nessa etapa final. Sua presença e todas as risadas que compartilhamos me ajudaram muito. À minha família, por me apoiarem e comemorarem minhas conquistas. E à minha Madrinha, por todas as conversas que tivemos sobre história, e por sempre acreditar que eu era capaz.

Agradeço às minhas amigas, pelo companheirismo e pelas experiências que vivemos durante esses últimos anos. À Láisa, por tudo que fizemos juntas durante a graduação, sem você não teria chegado até aqui. À Kaylane, que mesmo tão longe sempre esteve tão perto. E sobretudo, agradeço à Bia, o melhor presente que a UFS me deu. Vivemos essa experiência juntas, sua presença me manteve firme e eu não estaria aqui se você não estivesse comigo durante todo esse tempo.

Por fim, agradeço ao professor Rodrigo, por ter aceitado me orientar e por toda a paciência durante esse processo.

Concluo essa etapa com o conforto de saber que nenhuma escuridão ou estação pode durar para sempre e que todas as coisas, inexoravelmente, devem passar.

*Tudo que existe está em pleno movimento.
Terra, tempo, conceitos, amor, vida, crença,
justiça, bem e mal. Tudo é fluido e transitório.
Nada existe que se perpetue no mesmo lugar e
na mesma forma.*

— Haruki Murakami

RESUMO

Em fevereiro de 2022, após um longo período de tensão, a Federação Russa deflagrou a chamada “operação militar especial” no território ucraniano, na região de Donbass. Entre os argumentos centrais utilizados pelo presidente Vladimir Putin para justificar a intervenção está a defesa dos povos residentes em Donetsk e Lugansk, que compartilhavam de uma herança cultural comum com a Rússia. Entretanto, a mobilização desse elemento, em conjunto com temas como tradição, cultura, valores e unidade entre os povos de ambos os países, pode ser observada de forma recorrente na narrativa política russa ao longo dos anos. Diante disso, o presente trabalho busca compreender: de que maneira os discursos e documentos oficiais da Rússia resgataram elementos ideacionais e a história compartilhada para legitimar a “operação militar especial” de 2022 na Ucrânia? Sendo assim, através da técnica de análise de conteúdo, com abordagem qualitativa de caráter descritivo-interpretativo, a pesquisa analisou o acionamento desses elementos nos documentos e discursos oficiais da Federação Russa, do período de 2021 a 2024, e o modo como esses tópicos foram instrumentalizados para legitimar as ações tomadas pelo governo russo perante a audiência nacional e internacional.

Palavras-chave: Narrativa Política, História Compartilhada, Política Externa Russa

ABSTRACT

In February 2022, after a long period of tension, the Russian Federation launched the so-called “special military operation” in the ukrainian territory, in the Donbass region. Among the central arguments used by president Vladimir Putin to justify the intervention is the defence of the people residing in Donetsk and Lugansk, who shared a common cultural heritage with Russia. However, the mobilization of this element, along with themes such as tradition, culture, values and unity between the people of both countries, can be observed recurrently in the Russian political narrative over the years. Given this, the present work seeks to understand: in what way Russian official speeches and documents retrieved ideational elements and shared history to legitimize the 2022 “special military operation” in Ukraine? Therefore, through the technique of content analysis with a qualitative approach of a descriptive-interpretative nature, the research analysed the mobilization of these elements in the official documents and speeches of the Russian Federation, from 2021 to 2024, and the way in which these topics were instrumentalized to legitimize the actions taken by the Russian government before national and international audiences.

Key-words: Political Narrative, Shared History, Russian Foreign Policy

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. IDENTIDADE E NARRATIVA POLÍTICA.....	12
2.1 As tradições de pensamento russas.....	16
2.2 A crise na Ucrânia.....	20
2.3 O conflito em Donbass.....	22
3. ANÁLISE DOS CONCEITOS DE POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA.....	26
3.1 Metodologia da pesquisa.....	26
3.2 Conceito de Política Externa da Federação da Rússia de 2016.....	29
3.3 Conceito de Política Externa da Federação da Rússia de 2023.....	31
4. A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA POLÍTICA RUSSA ATRAVÉS DOS DISCURSOS DE VLADIMIR PUTIN.....	35
4.1 Discurso presidencial à Assembleia Federal de 2021.....	35
4.2 Sobre A Unidade Histórica Entre Russos e Ucrânianos, 2021.....	36
4.3 Discurso do Presidente da Federação Russa, 21 de fevereiro de 2022.....	38
4.4 Discurso do Presidente da Federação Russa, 24 de fevereiro de 2022.....	42
4.5 Discurso presidencial à Assembleia Federal de 2023.....	44
4.6 Discurso presidencial à Assembleia Federal de 2024.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
6. REFERÊNCIAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

Com o fim da União Soviética, e diante da nova configuração que se formava no sistema internacional, a Rússia se encontrou diante da necessidade de reconstruir sua identidade, uma que trouxesse a segurança de continuar existindo para além da sobrevivência física do Estado. Foi então dado início ao processo de construção de uma identidade nacional que buscava estabilidade e continuidade, baseada no resgate da história, bem como de elementos ideacionais que viriam a moldar e legitimar a maneira como a Rússia passaria a agir no sistema internacional (Araújo, 2025).

A identidade de um Estado, bem como sua narrativa política, são compreendidas como construções sociais, formadas a partir da percepção que os atores possuem da realidade. Diante disso, a constituição de ambas pode ser feita através da mobilização de elementos como símbolos, crenças, valores, tradição e até a história e memória do país, que atuarão de acordo com o interesse dos atores envolvidos na sua construção, sendo interpretadas e reinterpretadas de forma constante. Tanto a identidade quanto a narrativa política transformam e são transformadas pela política externa, afetando a maneira como as ações tomadas pelo Estado são interpretadas pela população que o constitui e pela comunidade internacional. Além disso, na esfera da política externa, através da compreensão da realidade, é construído o discurso de segurança e os interesses nacionais (Araújo, 2025; Zabolotsky; Mielniczuk, 2020).

Outrossim, a utilização de ideais compartilhados por uma sociedade na constituição da identidade e da narrativa política de um Estado, ao ser compreendida e aceita por aquele grupo, se torna parte do processo de legitimação das ações do país no campo da política externa. Do mesmo modo, o processo de legitimação de uma narrativa pode ser estruturado a partir da interpretação de uma realidade social, por meio da mobilização de elementos como ideias, valores, crenças, entre outros, com o objetivo de convencer uma audiência (Araújo, 2025).

Tendo isso em vista, os conceitos de identidade e narrativa, bem como os interesses nacionais são entendidos como ideias suscetíveis à mudança, uma vez que são construções sociais que se adequam à compreensão da realidade de determinado contexto histórico, a partir da percepção acerca do funcionamento do mundo por parte dos atores envolvidos em sua idealização (Dias, 2013; Zabolotsky; Mielniczuk, 2020).

Tais noções podem ser observadas na análise das relações internacionais da Rússia, cuja identidade nacional é construída através da percepção da realidade por parte das elites políticas e intelectuais russas. A partir dessas elites, envolvidas na formação da política

externa do país, emergem as tradições russas de pensamento: Estatista, Civilizacionista e Ocidentalista. Cada tradição possui princípios que orientam a direção da política externa que as elites acreditam ser mais adequada. Diante disso, após a dissolução da União Soviética, o processo de rearticulação da identidade russa, visando a legitimação diante da sociedade e da audiência internacional, foi conduzido a partir da visão que as elites políticas possuíam acerca do contexto político em que a Rússia se encontrava (Tsygankov; Tsygankov, 2021).

Ademais, as tradições de pensamento russas exerceram influência significativa na condução política dos governos pós-soviéticos, incluindo os governos de Vladimir Putin, desde seu primeiro mandato até o atual. É possível observar a maneira como os princípios, por vezes originados a partir da coalizão de mais de uma tradição, orientaram a construção da narrativa política da Rússia. Do mesmo modo, Putin recorrentemente utiliza uma abordagem que se volta para o resgate da memória histórica russa, suas batalhas, conquistas, heróis e a herança soviética, bem como a relação com os países que faziam parte do bloco, como estratégia de legitimação para as ações tomadas na área de política externa (Araújo, 2025; Kuzio, 1997). É possível também observar essa abordagem diante dos conflitos com a Ucrânia que ocorrem desde 2014.

À vista disso, a questão central que orientou essa pesquisa foi: de que maneira os discursos e documentos oficiais da Rússia resgataram elementos ideacionais e a história compartilhada para legitimar a “operação militar especial” de 2022 na Ucrânia?

Os episódios contínuos em que houve a reafirmação das bases da identidade do país através do resgate dos valores nacionais, da história da Rússia, da cultura, das tradições e das experiências compartilhadas pelos ancestrais do povo russo e ucraniano, contribuíram para a construção de uma narrativa política que pode ser compreendida como legitimadora da intervenção na Ucrânia. Essa narrativa também se apoia na necessidade de preservar a integridade do Estado e de seu povo para salvaguardar os interesses políticos do país (Dias, 2013; Putin, 2022b). De forma semelhante, o processo de construção da narrativa russa para gerar legitimação quanto à intervenção no território ucraniano em 2022 pode ser observado em diversos momentos. Entre eles, destacam-se o constante resgate dos laços comuns entre os dois países e o destaque em questões voltadas à segurança da Rússia, vista como ameaçada pelos atores (Estados e Organizações Internacionais) envolvidos no conflito. Esses elementos podem ser percebidos em discursos feitos pelo presidente russo, Vladimir Putin, e em documentos oficiais emitidos pelo Kremlin (governo da Rússia) no decorrer dos anos.

Para analisar estes discursos, recorre-se nesta pesquisa a métodos qualitativos, os quais, segundo King, Keohane e Verba (1994) são uma forma de analisar materiais históricos

sobre determinado evento, com o objetivo de compreender o contexto em que ele ocorreu. A técnica de coleta e análise dos dados obtidos dos discursos escolhida foi a análise de conteúdo, buscando extrair significados das comunicações feitas por figuras públicas, conforme Hermann (2008). Materiais que têm como objetivo comunicar uma mensagem, como documentos e discursos, nos quais líderes apresentam suas posições políticas, são apresentados como possíveis objetos de análise. Outrossim, a Análise de Conteúdo é utilizada quando há interesse em chegar a uma inferência através do que se é dito por líderes, podendo ser seu estilo de liderança, suas crenças ou suas motivações. A autora também apresenta a ideia de análise de asserção avaliativa, na observação das ações de líderes, que serve para interpretar a firmeza com a qual algo é dito, e chegar a conclusões acerca de suas convicções e posições assumidas (Hermann, 2008).

Quando se trata da aplicação da Análise de Conteúdo nas relações internacionais, a metodologia tem como base a exposição de ideais e orientações políticas, organizando um texto com o objetivo de entendê-lo e interpretá-lo, partindo do pressuposto de que ele é uma representação de determinado contexto (Costa da Silva; Ribeiro; Carvalho, 2015). Nesse sentido, a Análise de Conteúdo busca ir além do senso comum, visando um exame crítico dos materiais a serem analisados e tornando possível a descrição dos elementos presentes no conteúdo, bem como a interpretação dos seus sentidos e funções (Cappelle; Lopes Melo; Gonçalves, 2003).

Levando isso em consideração, a presente pesquisa adota a metodologia de análise de conteúdo, com abordagem qualitativa de caráter descritivo-interpretativo, visando analisar os discursos proferidos por Vladimir Putin e os documentos de Conceito de Política Externa da Federação da Rússia. Através dessa análise, busca-se examinar o modo como a narrativa política russa mobilizou elementos ideacionais e a história compartilhada entre os povos da Rússia e da Ucrânia para legitimar as ações militares no território ucraniano.

Além desta introdução, a presente monografia está dividida em três capítulos e uma seção de considerações finais. O segundo capítulo apresenta estudos sobre identidade, narrativa política, interesses nacionais e o processo de legitimação desses conceitos. Somado a isso, foi traçado um panorama sobre as tensões entre a Rússia e a Ucrânia, abordando o período que precedeu a anexação da Crimeia (2014), e em seguida sobre a crise em Donbass, iniciada em 2014, até 2022, quando foi dado início à intervenção na região. O terceiro capítulo tem como foco a análise dos documentos de Conceito de Política Externa da Federação da Rússia de 2016 e 2023, observando-se os interesses nacionais e os elementos que os compõem. No quarto capítulo foram examinados, em ordem cronológica, os discursos

proferidos por Vladimir Putin diante da Assembleia Federal da Rússia nos anos de 2021, 2023 e 2024, e o artigo escrito pelo presidente, “Sobre a Unidade Histórica Entre Russos e Ucrânianos”, em 2021. Além desses, foram analisados os discursos de fevereiro de 2022, os quais deflagraram a “operação militar especial” em Donbass. O objetivo da pesquisa foi examinar a mobilização de elementos como identidade, cultura, valores, memória, entre outros, na narrativa política construída pelo governo russo por meio dos documentos e discursos, e de que maneira eles foram utilizados para legitimar as ações de intervenção na Ucrânia.

2. IDENTIDADE E NARRATIVA POLÍTICA

A identidade de um Estado não surge como algo permanente, ela é moldada de forma constante no decorrer do tempo (Tsygankov; Tsygankov, 2021), de forma cíclica, através de um processo dinâmico que permite que a ação política flua, e essa, por sua vez, sustenta a identidade (Mitzen, 2006). Sendo assim, ela não é um elemento fixo ou planejado por comportamentos deliberados, ela é constantemente atualizada e reformada, e o que está no âmbito interno de um Estado é afetado pelo que acontece no campo externo (Zabolotsky; Mielniczuk, 2020).

Dessa maneira, a construção de uma identidade pode abordar diversos aspectos que evoquem elementos como linguagem, símbolos, normas e valores compartilhados, buscando construir uma política externa que traga estabilidade tanto interna quanto externamente, e legitime as ações tomadas pelo Estado diante das audiências nacionais e internacionais (Hansen, 2006; Neumann, 1999).

A identidade de um país vai, ao mesmo tempo, afetar e ser afetada pela política externa daquele Estado, visto que os discursos da política externa constroem a percepção de realidade a partir da interpretação de como o externo funciona, localizando aquilo que será compreendido como ameaça e posteriormente constituindo o discurso de segurança nacional, bem como os interesses nacionais (Zabolotsky; Mielniczuk, 2020). Isso vai, de acordo com Campbell (1992, *apud* Zabolotsky; Mielniczuk, 2020), permitir que o Estado tenha total controle sobre a construção da identidade nacional, que será fundada a partir da sua compreensão de insegurança.

Dado isso, a narrativa política a ser construída por um Estado pode ser conformada a partir de fatos, memórias e dados históricos que atuarão de acordo com o interesse de quem a constitui (Bachleitner, 2021). Além disso, as narrativas, interpretadas como construções sociais, são reflexos das relações de poder, interesses e ações de diversos atores, tanto de dentro quanto de fora do Estado (Dias, 2013).

Um dos elementos que podem ser utilizados como instrumento para construção de uma narrativa política é a própria história do país, através do resgate de uma memória que pode influenciar a construção identitária de um Estado, a maneira como ele é visto, tanto pela população quanto pela comunidade internacional, e suas ações e comportamentos em ambas esferas. A memória coletiva, ao ser levada ao extremo — através de representações oficiais, símbolos nacionais, entre outros —, passa, também, a ser a representação da consciência coletiva de um país. E isso acontece devido a sua capacidade de atravessar o tempo, podendo ser interpretada e reinterpretada no passado, no presente e no futuro, e instrumentalizada

conforme o interesse do ator responsável pela construção da narrativa política na qual ela será utilizada (Bachleitner, 2021). De forma semelhante, as narrativas, ao mobilizarem a memória, podem se tornar uma ferramenta pela qual o poder será operado, pois elas dão substância para discursos que podem reforçar a autoridade de um governante e legitimar as ações tomadas por ele (Ricoeur, 2004).

A mobilização da história e da memória de um Estado se dá, então, através da escolha de determinados elementos considerados relevantes para o país, ou certos grupos sociais, que podem ser transformados em marcos históricos com o objetivo de criar uma memória coletiva. Ao tornar essas memórias em algo oficial, e passar a destacá-las em ocasiões que reforçarão a identidade nacional, há uma busca por fortalecer o sentimento de pertencimento e a coesão social. Portanto, a memória resgatada na narrativa nacional, sendo consistente, pode reafirmar uma identidade comum e influenciar o comportamento de um Estado nos âmbitos interno e externo, assim como permite que suas ações avancem nas relações internacionais (Araujo, 2025).

O resgate de momentos históricos de um país e a utilização da memória para a construção da identidade de um Estado, e de sua narrativa política, estão também relacionados com a maneira que ações e decisões políticas de um país serão justificadas, e compreendidas como legítimas, pela sua população e pela comunidade internacional (Araujo, 2025). Essas narrativas, ao serem reconhecidas pela sociedade, acabam gerando um senso de continuidade ao Estado e fazendo parte do processo de legitimação social da atividade política e da construção de ordem dentro desse Estado (Heritage; Lee, 2020).

Para além do reconhecimento social de determinada narrativa, a legitimidade decorre do processo pelo qual as ideias compartilhadas por uma sociedade serão articuladas para estabelecer um determinado curso de ação. Sendo assim, nada vai ser inerentemente legítimo ou ilegítimo, dado que as interações sociais, e a construção coletiva do que é compreendido como realidade, é o que gera a legitimidade, e isto por sua vez será determinado de acordo com o contexto social no qual essa sociedade está inserida, e com o que será interpretado como válido. Nesse sentido, é possível que o processo de legitimação de uma narrativa política seja estruturado mediante a interpretação de uma realidade social, construída a partir de elementos como ideias, valores, crenças, entre outros, no qual os atores ligados a essa construção buscarão convencer uma audiência. A mobilização desses elementos ocorre, então, a partir de meios comunicativos, onde as narrativas serão utilizadas para justificar as tomadas de decisão (Araujo, 2025; Succi Junior, 2022).

A construção de uma narrativa política abrange, também, os interesses nacionais de uma nação, pois eles estão relacionados com a identidade do Estado, e suscetíveis à mudança no decorrer do tempo, dado que são um produto social que acompanha a evolução da compreensão da realidade. As estruturas sociais, bem como discursos e práticas, sendo resultado das relações entre a sociedade e as instituições, moldam a noção de mundo dos atores envolvidos na formulação dos interesses nacionais, e nesse curso de ação podem ser utilizados elementos históricos que servem para dar sentido às ações políticas (Dias, 2013).

Weldes (1996) em *Constructing National Interests*, afirma que interesses nacionais funcionam como um instrumento retórico pelo qual a legitimidade e o apoio político para o Estado são criados, e que possuem um poder considerável devido a esse papel de “ajudar a constituir como importantes e a legitimar as ações tomadas pelo Estado” (p. 276). A autora define, então, que os interesses nacionais são construções sociais criadas como objetos significativos com os quais o mundo, e mais especificamente o Sistema Internacional, é entendido, surgindo através de representações que os atores de determinado Estado compreendem sobre si mesmos e sobre os outros países. Portanto, é através do conceito de interesses nacionais que os atores responsáveis pela formulação de políticas entendem os objetivos que devem ser buscados por um país e sua política externa, eles são a base para ação do Estado.

Através dessa compreensão inicial acerca do interesse nacional, é possível analisar a maneira como ele é estruturado. O Estado e seus oficiais são os principais responsáveis pela construção dos interesses nacionais, levando em consideração a interpretação deles sobre si mesmos e sobre os outros países — e o Sistema Internacional como um todo —, eles passarão a agir de acordo com o lugar que compreendem como seu no sistema. Diante dessa interpretação, os atores estatais passam a criar representações sobre objetos — como si próprio, outros Estados, público doméstico, atores não estatais, entre outros — e atribuir a elas identidades, que irão definir a relação entre todos esses objetos (Weldes, 1996). Em vista disso, é estabelecida a relação entre o conceito de Identidade e o de Interesses Nacionais, uma vez que a identidade fornece a base pela qual os interesses serão definidos, e eles surgiriam devido à maneira como a identidade de cada objeto e a relação entre eles são instituídas (Wendt, 1992 *apud* Weldes, 1996, p. 282). Desse modo, os interesses nacionais, assim como a identidade de um Estado, são construções sociais que emergem através de um processo de representação no qual se cria o significado, e a partir dessa criação, ao apresentá-la a si próprio e aos outros, o Estado constitui o interesse nacional (Weldes, 1996).

O processo de construção de representação reafirma a relação existente entre identidade e interesses nacionais, pois, assim como a identidade de um país pode ser construída abordando aspectos que evoquem elementos como linguagem, símbolos, normas e valores compartilhados (Neumann, 1999), a representação — através da articulação — é um processo que pode utilizar elementos como materiais culturais, que já estão inseridos e fazem parte de uma sociedade, e recursos linguísticos, pelo qual é possível criar diferentes significados sobre um mesmo fenômeno no decorrer dos anos (Weldes, 1996).

Sendo assim, a ideia de articulação, compreendida como um ato no qual o significado de objetos, ações, eventos e relações entre atores estatais é criado — pelos mesmos responsáveis pela construção dos interesses nacionais do Estado —, mobiliza diferentes elementos linguísticos e históricos para formular, e tornar plausível perante a sociedade, certas descrições ou associações que conectam-se por meio da construção da narrativa política de um Estado (Weldes, 1996). Essa, por sua vez, é compreendida como uma construção social, reflexo dos interesses e ações de atores estatais, que podem utilizar da memória histórica de uma nação, bem como de elementos ideacionais e culturais, para formular tanto a identidade quanto a narrativa política do Estado (Araujo, 2025).

No que também se refere à construção dos Interesses Nacionais, quando os atores estatais oficiais designam uma identidade a determinados objetos — no âmbito nacional e internacional —, eles estão também definindo quais deles devem ser protegidos e quais serão ameaças (Weldes, 1996). Isso relaciona-se com a ideia de que a política externa, e os discursos feitos em seu campo, atuam por meio da compreensão de como funciona o mundo, definindo o que é um risco externo, e construindo os interesses nacionais e o discurso de segurança, que irão se conectar a partir do que o Estado, e seus atores oficiais, associam à representação de insegurança (Zabolotsky; Mielniczuk, 2020).

Observa-se, portanto, que a política externa surge como uma expressão da identidade e dos interesses de um Estado e da maneira como se aplica o passado em questões do presente, pois a narrativa política baseada nesses aspectos se torna uma retórica na qual os atores estatais se apoiam para legitimar ações como o uso da força em prol da defesa de sua memória. A partir dessa perspectiva de utilização da história e da memória na construção da identidade e da narrativa política, pode-se compreender como é desenvolvida a política internacional da Federação da Rússia, que tem esses elementos como fatores cruciais para sua estruturação (Nuzov, 2017).

2.1 As tradições de pensamento russas

Na esfera de teoria das relações internacionais e de política externa russa, existe uma certa diversidade interna; ainda assim, o conceito de identidade é compreendido como algo não permanente, moldado constantemente no decorrer do tempo. Existem três principais escolas, ou tradições de pensamento, que se originam como um produto de construções sociais, e debatem questões acerca de identidade, interesses nacionais e política externa da Rússia: Estatista, Civilizacionista e Ocidentalista (Tsygankov; Tsygankov, 2021). Após a dissolução da União Soviética houve a ascensão de novos atores políticos, também conhecidos como elites políticas. Somado a isso, as tradições passaram a orientar os interesses que cada elite possuía em relação à política externa da Rússia, rearticulando-as através de perspectivas geradas a partir das interações do país com outros Estados nesse novo contexto em que se encontravam (Araujo, 2025).

Para compreender as abordagens feitas pelas escolas de pensamento russas, é importante destacar que a identidade nacional da Rússia é colocada como um fator central na vida política e intelectual do país (Araujo, 2025) e que a identidade russa é, também, a autoimagem do que as elites políticas projetam no Estado, levando em consideração seus interesses, percepções históricas e de articulação internacional (Malinova, 2017).

Tendo isso em vista, Tsygankov e Tsygankov (2021) afirmam que, após a dissolução da União Soviética, a Rússia passou por uma rearticulação dos seus valores. Diante disso, as tradições de pensamento Estatista, Civilizacionista e Ocidentalista, que possuem uma relação complementar com as elites políticas — orientam e são orientadas por elas —, passaram a apresentar suas visões acerca desse novo contexto em que a Rússia se encontrava.

A escola de pensamento Ocidentalista, desde sua origem, procura ressaltar a semelhança entre a Rússia e o Ocidente, englobando a maneira de pensar dos países ocidentais (Kasymov, 2012). No período entre o fim do século XVII e início do século XVIII, após as reformas de Pedro, o Grande — consideradas ocidentalizadas — a Rússia passou a ser dividida institucionalmente entre aqueles que acreditavam que o modelo europeu era o melhor a ser seguido e aqueles que defendiam autonomia de ação, com características que destacassem os valores russos. Os ocidentalistas eram a favor da primeira opção, pois acreditavam que seguir os países mais avançados da Europa era o melhor caminho para a modernização (Segrillo, 2010).

Com o fim da era soviética, a tradição Ocidentalista passa a ganhar mais destaque, dado que o presidente eleito, Boris Yeltsin, assumiu posições de viés mais ocidentalista durante seu governo, buscando uma fuga do isolamento da União Soviética em relação ao

Ocidente (Segrillo, 2016). Durante esse período, a Rússia buscou colaborar com o Ocidente em diversas áreas, implantando reformas liberais e diminuindo, inclusive, a atividade nuclear (Kasymov, 2012). Essas transformações, orientadas pela defesa da integração com o Ocidente e seus valores liberais — incorporando ideias sobre democracia e direitos humanos — foram compreendidas como um fator que condicionou o enfraquecimento da soberania russa, dado que seus interesses nacionais não foram formulados de maneira clara. Como consequência, houve uma fragilização nas relações com seus vizinhos do leste europeu, possibilitando a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para essa região (Araujo, 2025). Esse período, marcado pela fragilidade, evidenciou a necessidade de a Rússia reconstruir uma identidade própria, que trouxesse estabilidade, continuidade e segurança de continuar existindo para além da sobrevivência física do Estado. Dessa forma, o país passou por uma rearticulação dos seus valores, e na busca por legitimação diante da sociedade russa, se aproximou do nacionalismo como um meio de autodefinição, seguindo um conjunto de ideias que a diferenciava dos outros países. Essa virada incorporava também percepções sociais e históricas anteriores à república russa, mas que eram mantidas pela sociedade no decorrer do tempo (Araujo, 2025).

Diferente da tradição anterior, a escola de pensamento Estatista tem como um dos seus principais objetivos a preservação e ampliação do papel do Estado e sua competência em garantir a ordem social, política e internacional (Kasymov, 2012). Em termos analíticos, essa tradição se assemelha à teoria realista das relações internacionais, que defende a maximização, por parte do Estado, da sua parcela de influência na balança de poder no cenário global (Mearsheimer, 2001), bem como uma abordagem pragmática na condução da política externa (Morgenthau, 2003). Nesse sentido, os estatistas defendem ideais como a manutenção do status de grande potência e da esfera de influência, soberania nacional, equilíbrio de poder, e também são fortemente conhecidos pelo seu pragmatismo (Tsygankov; Tsygankov, 2021). Quanto às semelhanças entre a tradição Estatista e o realismo, ambas defendem que a política externa e os interesses nacionais devem ser construídos a partir da percepção de ameaças externas à segurança do país, tendo como objetivo central a busca pela proteção contra tais ameaças (Morgenthau, 2003; Kasymov, 2012).

Além disso, os estatistas abraçam a ideia de que os valores nacionais são essenciais para entender o mundo (Tsygankov; Tsygankov, 2021), por conseguinte, há uma forte ênfase ao ideal de “Nacional” (Kasymov, 2012). Dessa forma, as características da tradição de pensamento Estatista se voltam para a soberania e poder estatal, e a defesa de que o sistema

doméstico é capaz de vencer os problemas de instabilidade interna, corrupção, terrorismo e interferência estrangeira (Tsygankov; Tsygankov, 2021).

Um dos principais exemplos das características da tradição Estatista orientando o governo russo é o período de 1998 a 1999, quando os principais objetivos do Estado eram a soberania nacional, bem como o fortalecimento da sua esfera de influência e o restabelecimento do status de grande potência capaz de resistir à hegemonia ocidental. Ademais, após a nomeação de Yevgeny Primakov como Primeiro Ministro, a Rússia estabeleceu como base dos seus interesses nacionais a multipolaridade, rejeitando a ideia de universalidade nos valores, pois isso era visto como uma forma de dominação ocidental, mais precisamente estadunidense, e afetava negativamente o equilíbrio geopolítico. Outrossim, durante esse período, Primakov apontava que a maior ameaça à segurança do país era o avanço da OTAN para o leste da Europa. Dessa forma, como meio de proteção, era recomendada uma maior integração do espaço pós-soviético, e ao mesmo tempo o estabelecimento de uma cooperação pragmática com o ocidente, não diminuindo a posição de grande potência da Rússia (Araujo, 2025).

A última tradição de pensamento russa abordada aqui é a Civilizacionista. Recorrentemente associada ao Neoeurasianismo, tem como uma das suas características principais a defesa de que a Rússia é superior ao Ocidente, distinta deles e da Ásia graças aos seus valores tradicionais e culturais (Tsygankov; Tsygankov, 2021). Os civilizacionistas também defendem que a Rússia é uma potência euroasiática e se apresenta como uma terceira via de desenvolvimento com suas próprias características que a diferenciam do resto do mundo (Kasymov, 2021).

Alexander Dugin, um dos principais autores do Neoeurasianismo, mostra as principais características da escola Civilizacionista ao defender que a Eurásia será construída de acordo com o princípio fundamental de um inimigo em comum, ao passo que rejeita o Atlanticismo — conceito que abrange a ideia de valores e interesses comuns aos países do Atlântico Norte, ou um alinhamento dos países europeus aos Estados Unidos (Courmont, 2017) —, o mundo unipolar sob controle do Ocidente, e recusa deixar que os valores liberais dominem a região (Dugin, 1997, *apud* Kasymov, 2012). Junto a isso, o Civilizacionismo russo se baseia no destaque aos interesses nacionais, bem como à autossuficiência geopolítica e cultural (Araujo, 2025).

Vale ressaltar que, dentro dessa escola, existem civilizacionistas definidos como “expansionistas revolucionários” e também aqueles que acreditam numa coexistência pacífica e cooperativa com o Ocidente (Kasymov, 2012). Todavia, na premissa do pensamento

Civilizacionista existe a defesa de uma abordagem mais ofensiva aos dilemas de segurança, vendo na expansão um meio para garantir a segurança nacional (Araujo, 2025).

Ademais, a forte instrumentalização dos valores tradicionais russos como um elemento de diferenciação, que coloca a Rússia em uma posição singular em relação ao resto do mundo, especialmente no período pós-dissolução da União Soviética, pode ser analisada através das abordagens sobre formação de identidade. Nesse contexto, observou-se o resgate de uma memória coletiva associada a acontecimentos históricos, símbolos e valores nacionais como meio constitutivo da nova identidade e da posição que a Rússia buscava assumir internamente e no cenário global. Dessa forma, a utilização desses elementos para construção de uma nova narrativa política pode garantir um maior senso identitário acerca do “nacional”, sendo tais narrativas reconhecidas e legitimadas socialmente, e consequentemente, capazes de justificar as tomadas de decisão do Estado (Bachleitner, 2021; Araujo, 2025).

Em uma análise sobre os governos russos no período pós-soviético, o que possui mais características em comum com a tradição Civilizacionista é o de Vladimir Putin, mais precisamente o terceiro, iniciado no ano de 2012. A narrativa política e ideológica proposta pelo governo tem grande enfoque na cultura e nos valores nacionais russos, promovendo a ideia de que, devido às suas tradições, a Rússia é distinta do resto do mundo (Federação da Rússia, 2014). Internamente, houve o fortalecimento do Nacionalismo, dando destaque a um Estado forte e coeso com identidade nacional segura, e a nação russa como o centro da identidade política do país. Quanto à rejeição ao Atlanticismo, a Rússia mantém o discurso acerca da ameaça apresentada pelo Ocidente, e passa a adotar uma postura mais pragmática em relação à cooperação com os países europeus e com os Estados Unidos, não descartando uma abordagem mais agressiva na área de segurança (Araujo, 2025).

Foi também no terceiro mandato de Putin que, devido ao destaque dado à posição do Ocidente como maior ameaça à segurança da Rússia, o governo passou a adotar uma postura antiocidental. Ao mesmo tempo, eram enfatizados os valores nacionais na construção da imagem internacional do país e no fortalecimento da sua identidade, destacando o resgate da história e da memória, que garantiam uma maior coerência ideológica, e seguindo uma perspectiva mais próxima à tradição Civilizacionista. Assim, o acionamento do passado, ao ser instrumentalizado nos discursos e nas narrativas políticas instituídos pelo governo, pode ser compreendido como uma ferramenta de legitimação das ações tomadas pelo Kremlin no campo da política externa, inclusive naquelas relacionadas à Ucrânia, como a anexação da Crimeia em 2014 e a “operação militar especial” em 2022. Com isso, é possível compreender que, graças à adaptação dos interesses das elites políticas — que guiam e são guiadas pelas

tradições de pensamento —, foi-se, gradualmente, construindo as estratégias e organizando os discursos e narrativas políticas, considerando as mudanças que ocorriam no âmbito doméstico e no cenário global e, conseqüentemente, moldando o posicionamento da Rússia frente a crises e tensões que se fortaleciam cada vez mais (Araujo, 2025).

2.2 A crise na Ucrânia

Por meio da análise das relações internacionais desenvolvidas pela Federação da Rússia, é possível perceber as condições que tornaram possíveis as intervenções no espaço pós-soviético, considerando que o discurso de segurança e proteção contra a ameaça ocidental foi mobilizado diversas vezes. Nesse sentido, as ações tomadas pelo governo russo, são “vistas como um prolongamento da política externa russa tal como vem sendo desenvolvida desde os anos 2000” (Dias, 2013, p. 187).

A compreensão de que a política externa é uma expressão da identidade do Estado, que pode ser desenvolvida através da incorporação da história do país, permite que a memória, bem como a narrativa histórica, se tornem parte de uma agenda política, ou uma retórica, tanto interna quanto externamente, e essa atribuição do passado como uma maneira de garantir coerência ideológica pode ser instrumentalizada como elemento legitimador do uso da força para proteger a memória e a identidade do Estado (Nuzov, 2017). Portanto, as diferentes percepções sobre os acontecimentos no cenário doméstico e internacional, tidas pelos atores responsáveis pela construção da identidade e dos interesses russos, que mudam com o passar do tempo, influenciam a maneira como será construída a narrativa política do país, seus discursos e a direção da política externa (Araujo, 2025).

Ademais, em tempos de crise que podem afetar a identidade de um Estado, o governo passa a manipular a memória coletiva da nação, promovendo narrativas enviesadas que podem alterar a leitura da história, e substanciando políticas seletivas que servirão a um objetivo específico (Nuzov, 2017; Ricoeur, 2004). Dado isso, a Rússia, no contexto das crises e tensões crescentes com a Ucrânia no período anterior à anexação da Crimeia (2014), passou a abordar, com maior ênfase, a história entre os países, tanto nos discursos anuais sobre política externa, quanto nos documentos oficiais divulgados pelo governo. Foram enfatizadas, também, a herança e as tradições em comum, a memória e as conquistas históricas compartilhadas, entre outros, como uma maneira de, inicialmente, substancializar a cooperação entre ambos (Araujo, 2025).

Desde o início do terceiro mandato de Putin (2012), as políticas de segurança interna, regional e internacional ganharam mais relevância para o Kremlin, o que acabou

influenciando a maneira como seriam desenvolvidas as estratégias e posicionamentos da Rússia no cenário global (Araujo, 2025). Dessa forma, passou a ser adotada uma postura pragmática que tinha como objetivo satisfazer os interesses nacionais russos no setor de segurança (Dias, 2013). Outrossim, questões como o fortalecimento do status de superpotência, a noção de autossuficiência, a unidade nacional e o resgate do passado como algo que trazia orgulho passaram a ganhar maior destaque. E ainda abordando as questões de segurança, o governo passou a afirmar que a aproximação da Ucrânia com a União Europeia, bem como a possível adesão do país à OTAN, era uma ameaça à segurança e à economia russa, entretanto, Putin afirmava não desejar que as tensões militares se agravassem e não visava intervir no território ucraniano (Araujo, 2025).

Todavia, em 2013 e 2014, no período em que as tensões entre a Rússia e a Ucrânia se aprofundaram, os discursos do presidente passaram a assumir um tom que se voltava para o resgate de diversos elementos históricos, como a história compartilhada entre a Rússia e a Crimeia, os laços culturais, étnicos e históricos, entre outros. Por conseguinte, elementos que antes eram usados para incentivar a cooperação entre ambos, se tornaram instrumentos de legitimação da intervenção no território ucraniano por parte do governo russo (Araujo, 2025).

Desse modo, levando em consideração a maneira como ocorre o processo de legitimação, a construção da narrativa política promovida pela Rússia mobiliza ideias que se conectam com a teoria. Segundo Jackson (2006), a legitimação de uma ação é um processo em constante adaptação, condicionada por contextos históricos específicos e por elementos ideacionais, que serão mobilizados pelos atores envolvidos na construção da narrativa. Além disso, é necessário que haja uma formulação de estratégias que tornem possível a implementação desses recursos.

No discurso de anexação da Crimeia, em março de 2014, Putin reafirma os elementos ideacionais ao dizer que “tudo na Crimeia fala da nossa história compartilhada e orgulho” (Federação da Rússia, 2014), além de ressaltar a importância estratégica da Crimeia para a Rússia e a presença de nacionais russos no território, instrumentalizando esses elementos na retórica que serviu para legitimar e justificar a anexação da Península (Araujo, 2025). A mobilização desses elementos específicos na construção dessa narrativa política refletem a maneira pela qual o Estado russo manipulou de forma deliberada a memória compartilhada, visando legitimar os discursos e as tomadas de decisão relacionadas à anexação da Crimeia diante da audiência doméstica e internacional (Nuzov, 2017).

No caso da crise que culminou na chamada “operação militar especial” no território ucraniano em 2022, os discursos do presidente Vladimir Putin continuavam a abordar as

questões voltadas para a segurança do país, afirmando que o avanço da OTAN em direção às fronteiras russas, através dos laços com a Ucrânia, se apresentava como uma ameaça séria à segurança e integridade da Rússia, e a resposta à essa situação, por parte do governo russo, poderia ser agressiva (Mearsheimer; Rosato, 2023).

No discurso de 24 de fevereiro de 2022, quando foi dado início à operação militar especial na Ucrânia, Putin afirmava que a OTAN apoiava grupos nazistas e de extrema direita ucranianos, que ameaçavam a existência dos cidadãos russos nas cidades de Donetsk e Lugansk, e que porque os “os resultados da Segunda Guerra Mundial e os sacrifícios que nosso povo teve que fazer para derrotar o nazismo são sagrados” (Putin, 2022b, tradução nossa), era necessário tomar ações para defender o povo russo da opressão exercida por esses grupos (Putin, 2022b).

Por fim, ao direcionar o discurso aos cidadãos da Rússia, Putin reafirma as bases da identidade nacional ao resgatar, novamente, os valores nacionais e a história do país, afirmando que a cultura, as tradições e as experiências dos ancestrais do povo russo foi o que permitiu a existência do Estado e da Nação, e que o futuro da Rússia dependia do seu povo multiétnico, como sempre aconteceu no decorrer da história do país (Putin, 2022b). Essa mobilização foi articulada para legitimar a intervenção no território ucraniano, apoiando-se na utilização de elementos históricos, bem como na necessidade de preservar a integridade do Estado e de seu povo, para salvaguardar os interesses políticos e de segurança do país (Dias, 2013). E como Putin afirmou em seu discurso, “as decisões que tomei serão executadas, alcançaremos os objetivos que estabelecemos, e garantiremos, de forma confiável, a segurança de nossa Pátria” (Putin, 2022b, tradução nossa).

2.3 O conflito em Donbass

Para compreender o conflito que ocorre desde fevereiro de 2022 na região leste do território ucraniano, em Donbass — nas cidades de Donetsk e Lugansk —, é necessário relembrar o período em que as tensões se iniciaram, oito anos antes. No fim de 2013, despertava-se na Ucrânia o Euromaidan, uma onda de manifestações que criticavam o governo após a tomada de decisão de suspender a assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia. Os protestantes envolvidos nesse movimento acreditavam que, dada a aproximação do então presidente Viktor Yanukovich com a Rússia, essa decisão teria vindo de Moscou e traria como consequência uma maior dependência da Ucrânia com a Rússia. Em meio a esses grupos manifestantes estavam aqueles mais alinhados a uma doutrina

ultranacionalista, e eles, majoritariamente, pediam pela saída de Yanukovych do cargo de presidente (Makio; Fuccille, 2023).

Entretanto, havia parte da população ucraniana que apoiava a decisão do governo, como o povo de Donbass, onde cerca de 81% dos cidadãos eram contra a aproximação da Ucrânia com a Europa e apoiavam uma maior integração com a Rússia. Em decorrência disso, em abril de 2014, houve o referendo que teve o resultado predominantemente a favor da independência da região (Matveeva, 2022). Essa direção tomada por Donbass, em oposição aos protestantes do Euromaidan, aprofundou as diferenças que vinham se formando no país, criando um clima de hostilidade, no qual os cidadãos da região sofriam intolerância por parte dos chauvinistas ucranianos, que por sua vez discriminavam qualquer expressão que remetesse à Rússia, como o idioma e a cultura russa presentes em Donetsk e Lugansk (Matveeva, 2022; Cherkashin, 2021).

Foi nesse contexto que se aprofundaram os movimentos pró-Rússia, catalisados pela chamada “Primavera Russa” da Crimeia, que terminou com a anexação da região por parte do governo russo. Nesse cenário, alguns grupos organizados de Donbass lutavam em prol da aproximação da região com a Rússia (que também apoiava os grupos separatistas), já que viam o Estado russo como um ente mais justo em comparação à Ucrânia. Também havia a defesa do direito de expressar a cultura e o idioma russo, e a busca por maior autonomia em relação ao governo (Cherkashin, 2021). A escalada desses movimentos teve como consequência a repressão por parte do governo ucraniano, que passou a declarar que esses grupos eram terroristas e enviou tropas militares para a região, agravando mais ainda o conflito (Matveeva, 2022).

Devido à forte progressão da guerra, em setembro de 2014, na cidade de Minsk, foi assinado o Protocolo de Minsk (Minsk I), e em fevereiro de 2015, o Pacote de Medidas para a Implementação dos Acordos de Minsk (Minsk II), através de um acordo trilateral assinado por representantes da Rússia, Ucrânia e da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE). As negociações também contaram com a presença de representantes das auto proclamadas República Popular de Donetsk e República Popular de Lugansk, além dos líderes da França e da Alemanha como mediadores (Bentzen, 2020).

Os Acordos de Minsk (OSCE, 2015) tinham em suas cláusulas centrais o cessar fogo imediato em Donetsk e Lugansk, a retirada de todos os armamentos pesados por ambos os lados, visando criar uma zona segura, e a liberação de reféns das duas partes. Além disso, havia as cláusulas que exigiam a retirada de qualquer formação militar estrangeira, de mercenários, e de grupos ilegais da região e o acesso seguro à distribuição de assistência

humanitária. Ademais, havia a exigência por uma reforma constitucional na Ucrânia para que fossem reconhecidas as áreas autônomas de Donetsk e Lugansk, também chamadas de áreas não controladas pelo governo, com eleições monitoradas pela OSCE e reconhecidas pela comunidade internacional (Matveeva, 2022; OSCE, 2015).

Os acordos, que visavam a resolução do conflito, inicialmente estabilizaram a crise, mas não deram fim ao cenário de hostilidade, dado que as medidas políticas e militares não foram implementadas (Al Jazeera, 2022). No período entre 2016 e 2021, as áreas não controladas pelo governo enfrentaram dificuldades em se desenvolver, passando por crises socioeconômicas que acabaram causando maior dependência da região pela Rússia. Além disso, o governo ucraniano seguia com as ações de repressão dos grupos separatistas, e a pandemia de covid-19 contribuiu para o agravamento da situação (Matveeva, 2022). Em abril de 2021, o representante permanente da delegação russa na Organização para Segurança e Cooperação da Europa, Alexander Lukashevich, abordou a falta de compromisso por parte da Ucrânia em relação aos Acordos de Minsk, alegando que os representantes do governo ucraniano repetidamente recusavam contato com os representantes de Donetsk e Lugansk, ao mesmo tempo que tentavam inviabilizar o acordo como um todo, e agiam dessa maneira para agradar os grupos ultranacionalistas da Ucrânia (Federação Russa, 2021). Sendo assim, o governo russo declarou que a situação na região não poderia continuar assim, e passou a promover maior integração com as áreas não controladas pelo governo, investindo nos setores socioeconômicos da região (Matveeva, 2022).

Em meio a esse cenário, por parte da Rússia, havia a preocupação acerca da constante aproximação entre a Ucrânia e a OTAN, e o Kremlin, inicialmente, via os Acordos de Minsk como uma garantia de que a Ucrânia não entraria na organização. Entretanto, muitos na Ucrânia acreditavam que as medidas exigidas pelos Acordos seriam uma maneira de consentir a agressão russa, e o governo afirmava que a Rússia nunca iria decidir questões relacionadas à política externa ucraniana (Al Jazeera, 2022).

Dado isso, em julho de 2021, o presidente russo Vladimir Putin divulgou um artigo de sua autoria intitulado “Sobre a unidade histórica entre russos e ucranianos”, no qual afirma que o povo de Donetsk e Lugansk se armaram em prol dos seus lares, da sua língua e de suas vidas contra o governo ucraniano (Putin, 2021a). Além disso, Putin afirmava que a opressão sofrida pelos cidadãos da região de Donbass era um genocídio originado pela russofobia — característica de aversão, horror ou medo de russos ou coisas que remetam à Rússia —, e também estava ligado às tentativas do Ocidente de interferir em assuntos de outros países (The Moscow Times, 2021; Putin 2021b), uma vez que o conflito se iniciou graças às

diferentes reações dos cidadãos ucranianos em relação ao Euromaidan, no qual parte do país era favorável à integração com a Europa.

À vista disso, com toda a escalada do conflito, e após Putin afirmar que a Rússia tentou de todas as formas resolver essas questões de maneira pacífica (TASS, 2021), a integração de Donbass com a Rússia seria preferível, dado que a região já estava mais orientada em direção à Rússia e com relações fragilizadas com o resto da Ucrânia (Matveeva, 2022). Dessa forma, todas essas questões relacionadas à crise em Donbass deram estrutura para que a intervenção russa no território ucraniano em 2022 fosse deflagrada.

Diante desse contexto, os próximos capítulos da presente pesquisa serão dedicados à análise dos discursos proferidos por Vladimir Putin e dos documentos de Conceito de Política Externa da Federação da Rússia, com o objetivo de compreender a maneira como o acionamento de elementos ideacionais, a história e a memória foram instrumentalizados na constante construção da identidade e narrativa política russa, e como foram utilizadas para legitimar e continuar justificando as ações do Kremlin no território ucraniano.

3. ANÁLISE DOS CONCEITOS DE POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

A construção de uma narrativa política, bem como da identidade de um Estado, pode se dar através do emprego de elementos como linguagem, símbolos, memória, normas e valores compartilhados, buscando construir uma política externa que traga estabilidade tanto interna quanto externamente, e legitime as ações tomadas pelo Estado diante das audiências nacionais e internacionais (Hansen, 2006; Neumann, 1999). Além disso, elas são constituídas a partir do reflexo das dinâmicas de poder e dos interesses dos atores presentes em ambas esferas, o que também dá substância para discursos que podem reforçar a autoridade de um ator em posição de liderança e legitimar as ações tomadas por ele, se tornando então uma ferramenta para operacionalização do poder (Dias, 2013; Ricoeur, 2004).

Dado que a narrativa política a ser construída por um Estado pode ser conformada a partir de fatos, memórias e dados que atuarão de acordo com o interesse de quem a constitui, a partir de percepções da realidade interna e externa na qual o país se encontra (Bachleitner, 2021), pode-se entender que ela, assim como a identidade, afetará e será afetada pela política externa exercida por aquele Estado. Do mesmo modo, os discursos de política externa também refletem a interpretação de como o cenário global funciona e como se realizará a projeção do país internacionalmente, determinando aquilo que será entendido como ameaça e também constituindo os princípios de segurança e interesses nacionais (Zabolotsky; Mielniczuk, 2020).

Tendo isso em vista, ao aplicar esses conceitos à realidade da Federação da Rússia, é possível analisar como o governo instrumentalizou a história, e os demais elementos ideacionais, para construir uma retórica que legitima suas ações e o uso da força em defesa dos valores, da integridade do país e do seu povo (Nuzov, 2017). Dessa forma, os documentos oficiais de política externa e os temas recorrentes presentes neles constituíram os marcos discursivos a partir dos quais as decisões tomadas pelo governo russo foram articuladas, de modo a corresponder à autopercepção do Estado, de seus princípios e interesses, e à projeção internacional almejada pela Rússia (Light, 2015).

3.1 Metodologia da pesquisa

O presente trabalho adotou a técnica de análise de conteúdo, com abordagem qualitativa de caráter descritivo-interpretativo, visando analisar os discursos proferidos por Vladimir Putin e os documentos de Conceito de Política Externa da Federação da Rússia. O objetivo principal é compreender a maneira como elementos ideacionais e a história

compartilhada foram instrumentalizados na constante construção da identidade e narrativa política russa, bem como seu uso para legitimação das ações do Kremlin no território ucraniano.

Os Conceitos de Política Externa analisados são os de 2016 e 2023, com o propósito de observar os argumentos que foram repetidos, o surgimento e modificação de outros, no período anterior e posterior ao início da “operação militar especial”. De forma semelhante, entre os discursos analisados estão os proferidos por Vladimir Putin diante da Assembleia Federal nos anos de 2021, 2023 e 2024. Além desses, há a análise dos discursos feitos em 21 e 24 de fevereiro de 2022, especialmente em relação à situação da Ucrânia. Por fim, também foi observado o artigo escrito por Putin em 2021, intitulado “Sobre a Unidade Histórica entre Russos e Ucranianos”, que, do mesmo modo, aborda as questões acerca do crescente conflito na Ucrânia. Este trabalho buscou examinar a mobilização de elementos como identidade, cultura, valores, memória, entre outros, na narrativa política construída através desses documentos e discursos, e de que maneira eles foram utilizados para legitimar as ações de intervenção na Ucrânia diante das audiências nacionais e internacionais.

Os documentos de Conceito de Política Externa da Federação da Rússia foram obtidos através do site oficial do Ministério das Relações Exteriores da Rússia (mid.ru) e do arquivo do Ministério (archive.mid.ru). Já o artigo “Sobre a Unidade Histórica entre Russos e Ucranianos”, bem como os discursos, foram obtidos pelo site do Presidente da Rússia, o Kremlin (kremlin.ru). Esses são os veículos por onde os documentos e o artigo foram divulgados originalmente, e onde é possível acessar as transcrições dos discursos.

Tabela 1: Corpus documental analisado:

DOCUMENTO	TIPO	AUTOR	DATA	LINK DE ACESSO
Conceito de Política Externa da Federação da Rússia	Documento oficial	Federação da Rússia	01 de dezembro de 2016	https://archive.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6BZ29/content/id/2542248
Conceito de Política Externa da Federação da Rússia	Documento oficial	Federação da Rússia	31 de março de 2023	https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/?lang=pt
Discurso Presidencial à Assembleia Federal	Discurso oficial	Vladimir Putin	21 de abril de 2021	http://en.kremlin.ru/events/president/news/70565

“Sobre a Unidade Histórica entre Russos e Ucrânianos”	Artigo Oficial	Vladimir Putin	12 de julho de 2021	http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181
Discurso do Presidente da Federação Russa	Discurso oficial	Vladimir Putin	21 de fevereiro de 2022	http://en.kremlin.ru/events/president/news/67828
Discurso do Presidente da Federação Russa	Discurso oficial	Vladimir Putin	24 de fevereiro de 2022	http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843
Discurso Presidencial à Assembleia Federal	Discurso oficial	Vladimir Putin	21 de fevereiro de 2023	http://en.kremlin.ru/events/president/news/65418
Discurso Presidencial à Assembleia Federal	Discurso oficial	Vladimir Putin	29 de fevereiro de 2024	http://en.kremlin.ru/events/president/news/73585

Fonte: elaboração própria

A presente pesquisa seguiu o seguinte protocolo: inicialmente foi realizada a leitura dos documentos oficiais, do artigo e dos discursos anteriormente mencionados, em ordem temporal, com o objetivo de analisar a narrativa política criada pelo governo russo acerca do conflito no território ucraniano. Em seguida, foi analisado o resgate de elementos como a história e a memória compartilhada entre os povos russos e ucranianos, e a abordagem de temas como valores, cultura, unidade e herança comum, aplicando-os no contexto da crise na Ucrânia, no período de 2021 a 2024.

A análise de conteúdo foi realizada manualmente através da leitura aprofundada dos documentos de Política Externa, do ensaio “Sobre a Unidade Histórica entre Russos e Ucrânianos”, da transcrição dos discursos feitos pelo presidente Putin à Assembleia Federal nos anos de 2023 e 2024, e dos discursos proferidos em fevereiro de 2022, que precederam a “operação militar especial” na Ucrânia. Foram observados o uso dos termos “valores”, “cultura”, “memória”, “unidade”, “história” e “herança”, e a maneira como eles foram aplicados na construção da identidade, da narrativa política e de segurança do governo russo, como objeto para legitimar a intervenção no território ucraniano.

Acerca das limitações encontradas na realização da pesquisa, o conteúdo analisado é constituído apenas pelos documentos emitidos pelo Kremlin, ou seja, autorizados pelo governo. Esse fator acaba possibilitando que haja omissão de informações que poderiam ser importantes, mas que não podem ser acessadas.

Considerando os resultados obtidos, a pesquisa procurou compreender como o governo russo mobilizou os elementos ideacionais, a história e a memória compartilhados

entre a Rússia e a Ucrânia para legitimar as ações políticas tomadas em prol da preservação da integridade do Estado e de seu povo — dentro do território russo e em Donbass. O estudo também examinou o discurso de segurança e proteção contra a ameaça ocidental, conectados a esses mesmos objetivos (Dias, 2013). E por fim, buscou relacionar o conteúdo analisado às teorias de formação de identidade e narrativa política, e às tradições de pensamento russas, influentes na construção das relações internacionais do país.

Diante desses objetivos, o presente capítulo é dedicado à análise dos documentos de Conceito de Política Externa da Federação da Rússia.

3.2 Conceito de Política Externa da Federação da Rússia de 2016

No Conceito de Política Externa aprovado pelo presidente Vladimir Putin em 30 de novembro de 2016, os temas centrais voltam-se para defesa da segurança do país, bem como de seus interesses nacionais, como pode ser visto no parágrafo 3:

Com o objetivo de defender os interesses nacionais da Federação Russa e alcançar suas prioridades estratégicas nacionais, as atividades de política externa do Estado devem visar atingir [...]: garantia da segurança nacional, da soberania e da integridade do território (Rússia, 2016, par. 3, tradução nossa).

Considerando o contexto histórico dessa época, apenas dois anos antes havia ocorrido a anexação da península da Crimeia por parte do governo russo, o que fez com que as questões de segurança interna, regional e internacional ganhassem relevância na definição das estratégias e posicionamentos oficiais, ao passo que buscavam garantir mais estabilidade e legitimidade a esse círculo político centrado nos setores de segurança (Araujo, 2025).

Diante disso, ao se tratar de segurança internacional, o parágrafo 27 traz diversas medidas que seriam adotadas pelo país, que focam principalmente no controle de armas nucleares, incentivando também os outros países a investirem na não proliferação de armamentos de forte destruição (Rússia, 2016, par. 27). Mas também afirma que, amparado no Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, a Rússia utilizaria a força como autodefesa caso fosse necessário para garantir a segurança do país em situações de ameaça direta (Rússia, 2016, par. 32). Essa postura adotada pelo governo russo mostra uma aproximação à tradição Civilizacionista, que defende maior agressividade com os dilemas de segurança do país (Araujo, 2025).

Quanto à segurança nacional, face às ameaças apresentadas por outros Estados, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é citada na seção de prioridades regionais da política externa russa ao mencionarem que o bloco deveria se comprometer com a concretização do compromisso assumido no Conselho Rússia-OTAN: se abster de buscar

garantir a própria segurança em detrimento da segurança de outros Estados. A Rússia via na expansão do bloco em direção às fronteiras nacionais uma violação do princípio de segurança igualitária e indivisível, bem como a fonte dos problemas sistemáticos na região euro-atlântica (Rússia, 2016, par. 61; 70). Portanto, qualquer possibilidade de cooperação entre ambas as partes só existiria a partir do momento em que a Rússia compreendesse que a aliança estava disposta a engajar de forma equitativa na construção de um espaço de paz, segurança e estabilidade, sem desafiar os valores russos (Rússia, 2016, par. 70; Tsygankov; Tsygankov, 2021)

Todavia, o Conceito de Política Externa não focava apenas na área de segurança, mas também na busca por estreitar as relações com outros países de forma a evitar focos de tensão, principalmente com as nações eslavas (Rússia, 2016, par. 3, alínea f; 45, alínea h), e reforça, de forma específica, a busca pelo desenvolvimento dos laços com a Ucrânia e pela solução do conflito que vinha existindo na região:

A Federação Russa está interessada em desenvolver laços políticos, econômicos, culturais e espirituais com a Ucrânia em todas as áreas, com base no respeito mútuo e no compromisso de construir relações de parcerias levando em consideração os interesses nacionais da Rússia. A Rússia se compromete em fazer todos os esforços para promover uma solução política e diplomática do conflito interno na Ucrânia em cooperação com todos os Estados e agências internacionais interessadas (Rússia, 2016, par. 56, tradução nossa).

Apesar de não mencionar diretamente as heranças e valores compartilhados entre os países pós-soviéticos, a Rússia menciona o incentivo à cooperação para preservação do legado cultural e histórico da Comunidade dos Estados Independentes (grupo composto pelos países da antiga União Soviética) (Rússia, 2016, par. 55, alínea a).

Ademais, a defesa dos povos de origem russa é abordada em diversos parágrafos, como quando, inicialmente, é posto como um dos interesses nacionais da Federação Russa a proteção efetiva dos direitos dos cidadãos russos e compatriotas residindo no exterior (Rússia, 2016, par. 3, alínea h). Mas além disso, na seção que aborda direitos humanos, também é defendida a proteção dos nacionais russos e de seus interesses, pois era reconhecida a contribuição significativa dos compatriotas em preservar e promover a cultura e a língua russa (Rússia, 2016, par. 45, alíneas d-e).

É possível observar uma relação entre esse último objetivo enunciado pela Federação Russa com os desejos expressos pelos grupos separatistas de Donbass, que defendiam o direito de expressar a cultura e o idioma russo, quando as tensões se intensificaram a partir de 2014 (Cherkashin, 2021). De forma semelhante, se aproxima com os argumentos utilizados posteriormente pelo Kremlin, que argumentava sobre a necessidade de proteger os cidadãos

russos na região de Donbass (Putin, 2022b) como uma forma de legitimar a intervenção no território ucraniano, mesmo que inicialmente não implicasse emprego de força militar (Federação da Rússia, 2014).

A condução da política externa, entretanto, tomou uma direção diferente, a partir dos anos seguintes, devido às mudanças que ocorreram no cenário doméstico e internacional. É possível argumentar que houve alterações na percepção do que os atores envolvidos na formulação da política externa (podendo ser o presidente e outros representantes do governo, bem como as elites políticas russas) tinham acerca das ameaças às quais a Rússia estava suscetível, assim como necessidade de adaptação, também da identidade russa, frente às crises e tensões que se intensificavam na região (Araujo, 2025). Dessa forma, a partir de 2021 e 2022, com a escalada do conflito em Donbass, e consequentemente a intervenção russa na região, houve a reformulação do Conceito de Política Externa da Federação da Rússia, e em 2023 foi aprovado o mais recente documento com as novas diretrizes adotadas pelo país na condução da sua política externa.

3.3 Conceito de Política Externa da Federação da Rússia de 2023

Diferente do documento de 2016, o Conceito de Política Externa aprovado em 31 de março de 2023 se inicia estancando a cultura singular da Rússia:

Mais de um milhar de anos de condição de Estado independente, o património cultural das épocas anteriores, as profundas ligações históricas com a cultura tradicional europeia e outras culturas da Eurásia, e a capacidade, adquirida ao longo de muitos séculos, de garantir uma coexistência harmoniosa num território comum de vários povos, grupos étnicos, religiosos e linguísticos, definem a situação especial da Rússia como Estado-Civilização singular, como vasta potência euro-asiática e euro-pacífica que uniu o povo russo e outros povos que constituem conjuntamente uma comunhão cultural e civilizacional do Mundo Russo (Rússia, 2023, par. 4).

Essa atenção dada para a singularidade russa e seu status de superpotência mostram a inclinação do governo à tradição de pensamento Civilizacionista, que defende que a Rússia é uma civilização distinta graças aos seus valores (Tsygankov; Tsygankov, 2021). O resgate de marcos discursivos como ligações históricas e cultura tradicional, bem como o destaque para a sua característica multiétnica, religiosa e linguística, mostram a maneira que o Estado russo moldou a narrativa política condensando elementos históricos para garantir a coerência ideológica, que realça os interesses e percepções do mundo a partir de uma coalizão das perspectivas das elites políticas Estatista e Civilizacionista (Araujo, 2025).

Quanto aos interesses nacionais, é afirmado que estes irão reger a política externa junto à compreensão de que a Rússia possui responsabilidade especial quanto ao mantimento da paz e segurança regional e global (Rússia, 2023, par. 4). Ademais, a política externa é

definida como pacífica, aberta, previsível, coerente e pragmática, com objetivo de alcançar a cooperação internacional, promover a solução de desafios e cumprir com os interesses comuns compartilhados com outros Estados, levando em consideração a reciprocidade, já que a as atitudes da Rússia apenas refletiriam a natureza das políticas destes em relação a ela — se agissem de forma hostil, seriam respondido da mesma maneira (Rússia, 2023, par. 4).

Também é percebida uma forte mudança no discurso acerca dos interesses nacionais de 2023 em comparação aos de 2016. Enquanto em 2016 o foco era a garantia da segurança nacional, da soberania e da integridade do território, em 2023, o primeiro interesse estabelecido é a proteção do sistema constitucional, da soberania, independência e integridade do sistema estatal e territorial da Rússia contra a influência estrangeira “destrutiva” (Rússia, 2023, par. 15, alínea 1). A especificação da necessidade de se defender de influências estrangeiras também é encontrada em outros parágrafos, quando é afirmado que outros Estados agem de uma forma que a Rússia acredita ser negativa:

As mudanças em curso, que são, de modo geral, favoráveis, não são aceitas por alguns países que estão habituados a pensar em termos de domínio global e neo-colonialismo. Eles não querem aceitar as realidades de um mundo multipolar e buscar acordos sobre os parâmetros e princípios da ordem mundial neste contexto. Estão a tentar conter o curso natural da história, eliminar concorrentes nas áreas político-militar e econômica e suprimir a dissidência [...] A imposição de atitudes ideológicas neoliberais, destrutivas e contrárias aos valores espirituais e morais tradicionais, é um método correntemente utilizado para interferir nos assuntos internos dos países soberanos. Como consequência, a influência destrutiva estende-se a todas as esferas das relações internacionais (Rússia, 2023, par. 8).

Junto a isso, há a constante afirmação de que o Ocidente é uma forte ameaça aos interesses nacionais e à segurança russa, e ao abordar a segurança internacional, o Conceito de Política externa de 2023 se difere do de 2016 ao dar destaque especificamente à neutralização dos avanços estrangeiros, que são compreendidos como uma grande ameaça:

A Federação da Rússia pretende dar uma atenção prioritária aos seguintes aspectos: [...] promover uma ampla cooperação para neutralizar as tentativas de quaisquer países e associações interestatais de alcançar o domínio militar global, projetar o seu poder para além da sua área de responsabilidade, usurpar a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais, traçar linhas divisórias e fornecer a segurança a alguns países em detrimento dos interesses legítimos de outros países. Estas tentativas não são conformes com o espírito, objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e ameaçam as gerações presentes e futuras com conflitos regionais e uma guerra mundial (Rússia, 2023, par. 24, alínea 2).

Essa ênfase às ameaças do Ocidente proporcionou que houvesse uma maior resistência à pressão exercida sobre a Rússia, que por sua vez se aproximou do resgate do passado, dos valores e da história russa, para a formação dessa narrativa política que legitimava as ações tomadas no âmbito internacional. Além disso, a estratégia de resgatar esses elementos ideacionais, como maneira de proteger a segurança do país e dos cidadãos contra

interferências externas, também era utilizado para ressaltar as similaridades com os países vizinhos e fortalecer os laços políticos com eles, legitimando decisões através do argumento de defesa nacional, territorial e histórica contra as tentativas de interferência externa, principalmente do Ocidente, em assuntos internos de outros países soberanos (Araujo, 2025). De acordo com a Federação Russa, essas ações tinham como objetivo intensificar situações políticas internas, violar a integridade territorial e impor seus modelos de desenvolvimento, ideologias e valores sobre outros países (Rússia, 2023, par. 18, alínea 7; par. 24, alínea 4).

Dessa maneira, o documento aborda questões de valores e cultura russa como elementos que devem ser protegidos contra a tentativa de interferência estrangeira, afirmando a necessidade de “defender o reforço dos valores espirituais e morais tradicionais russos e preservar o patrimônio cultural do povo multinacional da Federação da Rússia” (Rússia, 2023, par. 15, alínea 8), e ao mesmo tempo difundir a cultura russa contra o preconceito — “russofobia” — projetado pelo ocidente (Rússia, 2023, par. 43):

A Federação da Rússia pretende defender consistentemente os seus interesses nacionais, dando prioridade aos seguintes aspectos: reduzir e neutralizar as ameaças à segurança, integridade territorial, soberania, valores espirituais, morais e tradicionais, e ao desenvolvimento socioeconómico da Rússia, dos seus aliados e parceiros por parte de países europeus hostis, da Organização do Tratado do Atlântico Norte, da União Europeia e do Conselho da Europa (Rússia, 2023, par. 59, alínea 1).

Ademais, levando em consideração a crença por parte do presidente russo, Vladimir Putin, de que a interferência do Ocidente era responsável pela opressão sofrida pelos cidadãos russos que moravam fora da Rússia (The Moscow Times, 2021), é possível notar que outro tema recorrente no Conceito de Política Externa é a proteção dos cidadãos russos, argumento fortemente utilizado na narrativa de legitimação das ações do governo na crise da Ucrânia, e na intervenção em Donbass em 2022 (Putin, 2022b):

Proteger os direitos, liberdades e interesses legítimos dos cidadãos russos e defender as organizações russas contra as intromissões ilegais estrangeiras [...] Proteger de forma abrangente e eficaz os direitos, liberdades e interesses legítimos dos cidadãos e organizações russos no estrangeiro (Rússia, 2023, par. 15, alínea 4; par. 17, alínea 13).

Quanto à relação entre a Rússia e os países vizinhos — principalmente os que compõem o espaço pós-soviético —, há a defesa da cooperação entre as partes em prol da formação de um espaço humanitário comum entre a Federação Russa e os outros membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), bem como a preservação dos laços civilizacionais e espirituais centenários da Rússia com os povos destes países (Rússia, 2023, par. 43, alínea 5). Além disso, através do reforço dessas relações, há uma busca pela garantia de que continue existindo uma influência por parte da Rússia sobre a região, já que a

segurança do país está estreitamente dependente da capacidade do Estado de exercer poder sobre a vizinhança (Dias, 2022). Sendo assim, na seção de vertentes regionais do Conceito de Política Externa a questão é abordada da seguinte maneira:

O mais importante para a segurança, estabilidade, integridade territorial e desenvolvimento socioeconómico da Rússia, e reforço da sua posição como um dos centros soberanos influentes do desenvolvimento e civilização global, é assegurar relações de boa vizinhança sustentáveis a longo prazo e combinar as vantagens em diversas áreas com os Estados-membros da CEI, que estão ligados à Rússia por tradições seculares de soberania conjunta, profunda interdependência em vários campos, uma língua comum e culturas próximas (Rússia, 2023, par. 49).

Sendo assim, é possível notar que no decorrer do documento, há uma maior evidência em relação aos elementos ideacionais russos, como valores, cultura e história compartilhada entre a Rússia e os países vizinhos, em comparação ao documento de 2016. Isso reforça a ideia de que a narrativa russa foi se moldando, com o passar do tempo, de acordo com as mudanças externas que desafiavam a identidade nacional. Essas mudanças levaram a um processo de reformulação dela por meio do resgate da história e da memória compartilhada, e dos laços civilizacionais comuns, como um instrumento para criação de uma retórica que estabilizasse a política do país e legitimasse suas ações perante a audiência nacional e no campo da política externa (Hansen, 2006; Nuzov, 2017; Tsygankov; Tsygankov, 2021).

Além dos documentos oficiais sobre política externa, uma série de discursos proferidos pelo presidente Vladimir Putin também aderiram a estratégia de resgatar os temas comuns e a unidade entre os povos da Rússia e dos países vizinhos como um instrumento para criação de uma narrativa política de legitimação das intervenções no território ucraniano, argumentando, também, que essas ações no campo da política externa serviriam para preservar a integridade do Estado, e de seu povo, e para salvaguardar os interesses políticos e de segurança do país (Dias, 2013; Nuzov, 2017).

Adiante, será feita a análise dos discursos proferidos por Putin diante da Assembleia Federal nos anos de 2021, 2023 e 2024, visando examinar a maneira como esses elementos ideacionais foram instrumentalizados como estratégia pelo presidente para legitimar a intervenção na região de Donbass. Além desses, com o mesmo objetivo, há também a análise dos discursos que deflagraram a chamada “operação militar especial” no território ucraniano, feitos em fevereiro de 2022, e do artigo escrito por Vladimir Putin, “Sobre a Unidade Histórica entre os Russos e Ucrânianos”, de 2021, que aborda explicitamente a cultura, memória e herança compartilhada entre essas nações.

4. A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA POLÍTICA RUSSA ATRAVÉS DOS DISCURSOS DE VLADIMIR PUTIN

4.1 Discurso presidencial à Assembleia Federal de 2021

Em 21 de abril de 2021, Vladimir Putin discursou perante a Assembleia Federal da Rússia. O foco principal da fala do presidente voltou-se para as questões acerca da pandemia do Covid-19, que afetou diversas áreas em nível global. Todavia, mesmo nesse contexto, temas como unidade e valores espirituais e morais foram abordados, ao passo que Putin afirmou que esses elementos eram o que tornava a Rússia forte, e devido a isso, havia a necessidade de defender e preservá-los (Putin, 2021b).

Entre os propósitos postos pela Rússia no cenário internacional, a paz e segurança surge como um dos elementos centrais, junto com o bem-estar dos cidadãos russos e o desenvolvimento estável do país, mas além disso, são ressaltados os interesses que a Rússia busca defender, como a soberania e integridade do país. Em seguida, Putin declara que o Estado “defende e continuará os defendendo [interesses nacionais]. E se alguém se recusa a entender isso [...] optando por um tom egoísta e arrogante, a Rússia sempre encontrará uma maneira de defender sua posição” (Putin, 2021b, tradução nossa).

Aproximando-se de uma abordagem mais Civilizacionista, Putin ressalta o pensamento nacionalista ao agir de acordo com a ideia de que é necessário uma coesão nacional e um Estado forte, distinto graças aos seus valores nacionais (Araujo, 2025). Além disso, a abordagem da escola Civilizacionista afirma que a Rússia deve fazer o possível para combater o liberalismo e unir todos que compartilham dos valores russos (Tsygankov; Tsygankov, 2021). Dessa forma, ao falar sobre a “tentativa brutal de certos atores de impor sua vontade sobre os outros à força” (Putin, 2021b, tradução nossa), referindo-se às intervenções do Ocidente em assuntos internos de outros países, Putin afirma que a Rússia irá agir de forma “assimétrica, rápida e resistente” à qualquer tentativa de “queimar as pontes” (Putin, 2021b, tradução nossa) feitas pelos países ocidentais, que ameaçam os interesses fundamentais de segurança do país. Putin também assegura que os atores por trás dessas “provocações” se arrependeriam profundamente do que têm feito (2021b). A adoção dessa postura mais agressiva reflete a recusa do Atlanticismo defendida pelos civilizacionistas (Kasymov, 2012).

O conflito na região de Donbass e as questões acerca dos valores compartilhados entre a Ucrânia e a Rússia não foram mencionados nesse discurso. Todavia, alguns meses depois, Vladimir Putin divulgou o artigo “Sobre a Unidade Histórica entre Russos e Ucrânianos” que aborda de forma rigorosa esses temas. Isso pode ser compreendido como algo que contribuiu

de forma significativa para a contínua mobilização do passado e da memória histórica de ambos os povos, feita para estabilizar e continuar a narrativa política, perpetuada desde o período da anexação da Crimeia (2014), e fortalecida pela retórica legitimadora de proteção nacional e defesa do patrimônio histórico russo (Araujo, 2025; Nuzov, 2017).

4.2 Sobre A Unidade Histórica Entre Russos e Ucrânianos, 2021

No dia 12 julho de 2021, em meio à forte escalada dos conflitos em Donbass, Vladimir Putin publicou o artigo intitulado “Sobre a Unidade Histórica entre os Russos e Ucrânianos”, que possui como foco principal uma leitura do passado, relembrando os laços milenares entre os povos que anteriormente residiam na denominada “Ancient Rus”, ou Rússia Antiga, composta pelo que hoje é território da Federação da Rússia, Ucrânia e República da Bielorrússia. No primeiro parágrafo, já é encontrada a afirmação de que “russos e ucranianos são um povo só” (Putin, 2021a, tradução nossa).

O argumento utilizado para sustentar sua afirmação volta-se para a ideia de que a união dos territórios da Rússia Antiga foi resultado da fé compartilhada, das tradições em comum e principalmente da linguagem similar utilizada pelos povos (Putin, 2021a). Esse resgate dos elementos históricos dividido entre as nações, utilizado na construção de uma narrativa que refletia os interesses do autor do texto — o presidente da Rússia —, pode ser compreendida como uma estratégia para reconfiguração da identidade russa em meio a um cenário de estresse. Em momentos como esse, os atores envolvidos na construção da narrativa política do Estado deliberadamente manipulam a memória de acordo com sua interpretação da realidade, podendo utilizar elementos como ideias, valores e crenças, assim como maneiras de aplicar o passado no presente, visando dar legitimidade às suas ações e convencer a audiência nacional e internacional (Bachleitner, 2021; Heritage; Lee, 2020; Nuzov, 2017; Succi Junior, 2022).

Adiante, um argumento pertinente surge a partir da história da União Soviética. Putin afirma que o território ucraniano foi construído nas terras da Rússia histórica, e que em 1954, a região da Crimeia foi cedida para República Socialista Soviética da Ucrânia através de uma “flagrante violação das normas vigentes na época” (2021a, tradução nossa). Graças a isso, quando a União Soviética chegou ao fim, os povos que antes eram um só, unidos por um território cujas fronteiras eram apenas simbólicas, foram “retirados de sua pátria mãe” (Putin, 2021a, tradução nossa). Apesar dessa separação, o surgimento de Estados distintos foi recebido com respeito por parte da Rússia. Todavia, ao se tratar de questões territoriais, Putin

traz uma fala feita pelo primeiro prefeito de São Petersburgo, que, por acreditar que toda decisão deve ser legítima, diz que:

As repúblicas que foram fundadoras da União, tendo denunciado o Tratado da União de 1922, devem retornar às fronteiras que possuíam antes de ingressar na União Soviética. Todas as outras aquisições territoriais estão sujeitas a discussão e negociação, visto que o terreno foi revogado (Anatoly Sobchak, 1992 *apud* Putin, 2021a).

Esse argumento constitui uma base fundamental na legitimação da narrativa de que os territórios ucranianos que antes pertenciam à Antiga Rússia, e que hoje são constituídos por povos de origem majoritariamente russa, deveriam retornar à sua origem, ou seja, à Federação da Rússia. Tendo isso em vista, pode-se compreender a maneira como a memória, ao constituir uma narrativa, pode se tornar manipulada, seletiva e servir como um objeto, ou instrumento de poder (Ricoeur, 2004).

A narrativa política de Putin chega, então, ao período que antecedeu as crises de 2014. Ele afirma que os Estados Unidos e os países europeus passaram a pressionar de forma constante o governo ucraniano para que este limitasse sua cooperação com a Rússia. Devido a isso, a Ucrânia foi arrastada para um “jogo geopolítico perigoso, que a transformou em uma ‘rampa de lançamento’ contra a Rússia” (Putin, 2021a, tradução nossa), e posteriormente, o conceito de “a Ucrânia não é a Rússia” — que buscava apenas reafirmar a soberania ucraniana — se transformou em uma política “anti-Rússia”. Depois disso, o surgimento de grupos ultranacionalistas ucranianos, e suas ideologias voltadas para a aversão em relação à Rússia, se tornaram elementos constitutivos da política do Estado da Ucrânia (Putin, 2021a). Essa ideologia de aversão à Rússia, e também a favor de uma aproximação da Ucrânia com a Europa, foi combustível para o Movimento Maidan que tomou conta do país em 2014.

Nesse período, dentro da Ucrânia, grupos ultranacionalistas se mobilizaram contra o governo de Viktor Yanukovich, que havia suspendido a assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia, e contra os cidadãos de Donbass, que eram majoritariamente a favor a aproximação do país com a Rússia e se organizaram em grupos pró-Rússia. Foi graças a isso que criou-se um clima hostil na região, e o povo de Donbass passou a sofrer opressão por parte dos grupos nacionalistas e do governo ucraniano, que os tratava como “terroristas” (Matveeva, 2022).

Nesse sentido, a narrativa política do Putin voltou-se para o argumento de que o povo, tanto da Crimeia quanto de Donetsk e Lugansk, rejeitava as políticas antirussas e “se armaram em prol de seus lares, sua língua e suas vidas” (2021a, tradução nossa), que estavam sendo ameaçados pelo governo ucraniano. Além disso, Putin também associou a opressão sofrida

pelo povo de Donbass ao avanço e interferência do Ocidente na Ucrânia, que promovia a “russofobia”, dado que todo o conflito se iniciou devido ao desejo da população por uma aproximação formal do país com a Europa (The Moscow Times, 2021; Putin 2021b).

O artigo termina com Putin afirmando que a Rússia está aberta ao diálogo com a Ucrânia, desde que os interesses defendidos sejam os nacionais, e não os de outros países. Todavia, mesmo argumentando respeitar a tradição ucraniana, Putin diz acreditar que a soberania da Ucrânia só é possível em parceria com a Rússia, já que:

Nossos laços espirituais, humanos e civilizacionais se formaram ao longo de séculos e têm sua origem nas mesmas fontes, foram fortalecidos por provações, conquistas e vitórias em comum. Nosso parentesco foi transmitido de geração em geração. Está nos corações e na memória das pessoas que vivem na Rússia e na Ucrânia modernas, nos laços de sangue que unem milhões de nossas famílias. Juntos, sempre fomos e seremos muitas vezes mais fortes e mais bem-sucedidos. Pois somos um só povo (Putin, 2021a, tradução nossa).

Isso mostra que, a ideia de uma história milenar comum, que antes unia a Rússia e a Ucrânia, passou a refletir o descontentamento e afastamento político entre as nações, e posteriormente, a mobilização dessa história compartilhada transformou-se num reflexo apenas dos interesses da Rússia, que utilizaram dessa mesma memória, valores, cultura e história para legitimar o uso da força em defesa dos seus objetivos (Araujo, 2025; Nuzov, 2017).

Foi dessa maneira que a narrativa russa, amparada no argumento de defesa da identidade e do povo, bem como na busca pela proteção da segurança nacional contra os avanços do ocidente em direção às suas fronteiras, constituiu uma estratégia de defesa voltada para integração dos territórios ucranianos compostos por uma população mais orientada em direção à Rússia (Matveeva, 2022). E isso se deu através da chamada “Operação Militar Especial”, deflagrada em fevereiro de 2022.

4.3 Discurso do Presidente da Federação Russa, 21 de fevereiro de 2022

Desde o fim de 2021, até o início de 2022, as tensões presentes na região de Donbass, na Ucrânia, se intensificaram de forma significativa. O papel da Rússia nessa crise surgiu, então, como um prolongamento da sua política externa, dado que, inicialmente, o objetivo do país não era, de fato, conquistar territórios, mas sim reorganizar a arquitetura da dinâmica de poder na Europa, que vinha se mostrando como uma ameaça aos interesses da Rússia graças à sua expansão para a área de influência russa (Dias, 2022). Do mesmo modo, como visto anteriormente, a apresentação do Ocidente como uma ameaça para a segurança russa não é algo novo. O governo russo, desde o fim da União Soviética — quando houve uma tentativa de aproximação e, posteriormente, o afastamento em relação ao Ocidente —, ressalta a

necessidade de preservar a ordem política e o poder estatal diante das tentativas de imposição da hegemonia ocidental exercida pelos Estados Unidos (Tsygankov; Tsygankov, 2021).

Todavia, diante das pressões exercidas sobre a Rússia, no contexto da crise da Ucrânia em 2014, e das sanções impostas pelo Ocidente, certas abordagens tomadas pelo governo foram vistas como necessárias pelos formuladores de política russos. A tradição Estatista inclinou-se a acreditar que a crise serviu para destacar a nova identidade russa que vinha se desenvolvendo, e também para diferenciar a Rússia do Ocidente liberal. A vertente Civilizacionista, por sua vez, defendia a ideia de que a Rússia deveria fazer o possível para combater o liberalismo e hegemonia ocidental, e também unir os povos que compartilham dos valores russos. Já a tradição Ocidentalista compreendeu a intervenção russa na Ucrânia, e a anexação da Crimeia, como uma necessidade estratégica para defender os interesses nacionais e fortalecer o Estado russo (Tsygankov; Tsygankov, 2021).

Sendo assim, mesmo que inicialmente a proposta da política externa russa não fosse voltada para uma abordagem expansionista e de conquista de territórios, as mudanças no cenário internacional e o reconhecimento de novas ameaças desafiaram a identidade nacional da Rússia, que, desde a crise da Crimeia em 2014, passou a dar mais ênfase a questões de segurança regional e internacional. Essas temáticas passaram, então, a desempenhar influência na definição de estratégias, posicionamentos e respostas oficiais, e impactaram a projeção da Rússia no sistema internacional (Araujo, 2025; Dias, 2022). Diante disso, a nova narrativa política e de identidade russa passaram a instrumentalizar mais ainda a memória histórica, cultura e valores compartilhados entre os povos russos e ucranianos, e esse apelo tinha como o objetivo a legitimação das ações tomadas no âmbito da política externa — de intervenção, integração e anexação — diante da audiência nacional e internacional (Araujo, 2025; Hansen, 2006; Nuzov, 2017).

Considerando esses aspectos e aplicando-os à crise ucraniana nos anos de 2021 e 2022, em 21 de fevereiro de 2022, Vladimir Putin fez um discurso que abordava toda a questão, novamente mobilizando os elementos ideacionais voltados para a percepção de uma história compartilhada entre a Rússia e a Ucrânia. Seu primeiro argumento colocou a Ucrânia como uma parte inalienável da história, cultura e espaço espiritual da Rússia, “unidos pelo sangue” (Putin, 2022a, tradução nossa). Essa percepção de uma nação indivisível reforça a ideia de que uma fronteira delimitada entre os dois países era vista como algo “ofensivo e não natural” (Kuzio, 1997, p. 40). Novamente, há a afirmação de que o território ucraniano foi inteiramente criado pela Rússia, separado do seu território, durante a União Soviética (Putin, 2022a).

Ademais, Putin ressalta os momentos na história dos países em que a Rússia deu total assistência econômica à Ucrânia, ao mesmo tempo em que respeitava a dignidade e a soberania ucraniana (Putin, 2022a). Levando isso em consideração, Putin declara também que a Ucrânia sempre agiu de forma aproveitadora, pois “as autoridades ucranianas sempre preferiram lidar com a Rússia de uma forma que garantisse que elas desfrutassem de todos os direitos e privilégios, permanecendo livres de quaisquer obrigações” (Putin, 2022a, tradução nossa).

Além disso, as autoridades ucranianas, de acordo com o presidente russo, com o passar dos anos, passaram a construir o Estado sob a negação de todos os laços que os uniam à Rússia, tentando “distorcer a mentalidade e a memória histórica de milhões de pessoas, de gerações inteiras que vivem na Ucrânia” (Putin, 2022a, tradução nossa). Nesse sentido, o presidente russo aponta que essas ações se deram através da busca por aproximação com o ocidente, que acabou gerando uma ideologia ultranacionalista baseada na “russofobia”, mas nunca conseguiu desenvolver um Estado de fato forte (Putin, 2022a).

É a partir disso que os acontecimentos no leste da Ucrânia no ano de 2014 — o Euromaidan e a perseguição sofrida pelos grupos pró-Rússia — são abordados, mas dessa vez, Putin afirma que o Movimento Euromaidan empurrou a Ucrânia em um abismo de guerra civil (Putin, 2022a). Essa afirmação se apoia no acontecimento histórico que ocorreu após o referendo em Donbass, em abril de 2014, que mostrou que 81% da população da região era contra o Euromaidan. Isso, por sua vez, aprofundou as diferenças que vinham se formando no país, criando um clima de hostilidade, no qual os cidadãos de Donbass sofriam intolerâncias por parte dos chauvinistas ucranianos, que também discriminavam qualquer expressão que remetesse à Rússia, como o idioma e a cultura russa presentes em Donetsk e Lugansk, e posteriormente, essas diferenças acabaram evoluindo para um conflito que causou diversas fatalidades para ambos os lados (Matveeva, 2022; Cherkashin, 2021).

Subsequentemente, Putin aborda as crises econômicas que existem na Ucrânia, e questiona a influência do Ocidente nessa questão:

Essa situação levanta a seguinte questão: pobreza, falta de oportunidades e potencial industrial e tecnológico perdido – será essa a escolha civilizacional pró-ocidental que eles vêm usando há muitos anos para enganar milhões de pessoas com promessas de pastos celestiais? (Putin, 2022a, tradução nossa).

Adiante, Putin resgata os acontecimentos na Crimeia (2014), para substanciar a narrativa de que o povo dessa região que escolheu se unir com a Rússia, pois estavam sofrendo perseguições por parte do governo ucraniano, guiados por políticas antirussas vindas do Ocidente (Putin, 2022a). A influência do Ocidente é destacada novamente ao ser apontada

a presença da OTAN na Ucrânia, através de bases militares no território, e da ‘especulação da russofobia’. Esse fator é compreendido como uma das ações de expansão da Organização em direção às fronteiras russas, o que sempre foi visto como a maior ameaça aos interesses nacionais, segurança e integridade da Rússia (Mearsheimer; Rosato, 2023). Somado a isso, Putin defende a ideia de que caminhos para resguardar a segurança de um Estado não deveriam representar uma ameaça aos outros. Nessa perspectiva, a possível adesão da Ucrânia à OTAN era uma ameaça direta à segurança da Rússia: “Entendemos claramente que, dado este cenário, o nível de ameaças militares à Rússia aumentará drasticamente, várias vezes. E gostaria de enfatizar que o risco de um ataque repentino ao nosso país se multiplicará” (Putin, 2022a, tradução nossa).

É a partir da percepção dessa ameaça que Putin defende o direito de resposta da Rússia:

Eu gostaria de ser claro e direto: nas circunstâncias atuais, quando nossas propostas por um diálogo igualitário sobre questões fundamentais continuam sem resposta por parte dos Estados Unidos e da OTAN, quando o nível de ameaças ao nosso país aumentou significativamente, a Rússia tem todo o direito de responder para garantir sua segurança. Isso é exatamente o que nós iremos fazer (Putin, 2022a, tradução nossa).

Isso, junto à alegação de que as autoridades ucranianas não estavam cumprindo com os Acordos de Minsk, dava base ao argumento de que as atitudes hostis em Donbass estavam colocando a vida dos cidadãos da região em grave risco: “O assassinato de civis, o bloqueio, o abuso de pessoas, incluindo crianças, mulheres e idosos, continua incessável. Como dizemos, não parece ter um fim à vista para isso” (Putin, 2022a, tradução nossa). A razão dessa opressão, como apontado por Putin, era o fato de que o povo de Donbass estava lutando pelo seu direito de viver na sua terra, de falar seu idioma e de preservar suas culturas e tradições, que tinham origens históricas com a Rússia (Putin, 2022a).

Dessa maneira, na tentativa de acabar com o conflito e proteger a vida dos compatriotas russos de Donbass, Putin alegou que era necessário reconhecer imediatamente a independência e soberania da República Popular de Donetsk e da República Popular de Lugansk, e também assinar um Acordo de amizade e assistência mútua com ambas repúblicas, argumentando que, caso a situação hostil continuasse, a responsabilidade pelas consequências a serem enfrentadas recairia totalmente sobre o regime governante da Ucrânia (Putin, 2022a).

É no final do discurso que se torna possível compreender que foi mobilizado uma sequência de elementos para construir a narrativa russa. A defesa dos povos de Donbass surge como o elemento principal, mas essa defesa só é evocada devido a ligação que eles possuem com a Rússia, que por sua vez vê na proteção dos valores, crenças e tradições comuns com os

cidadãos de Donetsk e Lugansk um meio de garantir seus interesses nacionais. A compreensão dessa realidade, ao ser aplicada na construção da narrativa, acaba por legitimar o discurso feito pelo governo russo perante a audiência doméstica — principalmente quando Putin afirma estar “confiante no apoio dos cidadãos russos e das forças patrióticas do país” (Putin, 2022a, tradução nossa) — e no campo da política externa (Dias, 2013; Hansen, 2006; Nuzov, 2017).

Ademais, de acordo com Pirro e Feinstein (2021), a Rússia provavelmente continuaria se envolvendo com as questões da Ucrânia ao passo que o caos fornece legitimidade para intervenções geopolíticas na região e mantém a OTAN longe das fronteiras russas.

Apenas três dias depois, Putin veio novamente a público para fazer um novo anúncio relacionado à situação de Donbass, no qual ele declara o início da Operação Militar Especial, que instaurou a intervenção de forças militares russas no território ucraniano.

4.4 Discurso do Presidente da Federação Russa, 24 de fevereiro de 2022

Em 24 de fevereiro de 2022, Putin voltou a falar sobre os eventos que vinham acontecendo na região de Donbass, após o reconhecimento formal das Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk por parte do Kremlin. Seu discurso se inicia ressaltando, mais uma vez, as ameaças constantes apresentadas pelo Ocidente sobre a Rússia, através da OTAN, que continuou se expandindo em direção às fronteiras russas, mesmo com os protestos e preocupações explícitos demonstrados pelo governo russo:

De onde veio essa atitude insolente de falar de cima para baixo, do alto de sua excepcionalidade, infalibilidade e permissividade absoluta? Qual é a explicação para essa atitude desdenhosa em relação aos nossos interesses e reivindicações absolutamente legítimos? (Putin, 2022b, tradução nossa).

Essa expansão da OTAN, assim como qualquer esforço para obter espaços militares na Ucrânia, foi apontada como uma ameaça totalmente inaceitável, e junto com isso, o presidente aponta que, amparado no direito de autodefesa, qualquer potencial agressão contra sua segurança e integridade traria consequências (Putin, 2022b).

Além disso, ao acusar os países ocidentais — mais precisamente os Estados Unidos — de tentar usar a Ucrânia para alcançar seus próprios interesses, Putin aborda a questão de valores tradicionais e o povo russo, que eram os alvos dessas imposições: “Eles buscaram destruir nossos valores tradicionais e impor seus falsos valores que iriam corroer nosso povo por dentro [...] Isso não vai acontecer. Ninguém jamais conseguiu fazer isso, nem conseguirá agora (Putin, 2022b, tradução nossa).

Ressalta-se, ainda, que a criação de políticas anti-Rússia em territórios tão próximos de sua fronteira não eram vistos como uma ameaça apenas para os interesses nacionais, e sim “uma questão de vida ou morte, uma questão do nosso futuro enquanto nação [...] é uma ameaça muito real para existência do nosso Estado e da nossa soberania” (Putin, 2022b, tradução nossa). Dessa maneira, ao apontar as ameaças em todas essas esferas, Putin fala do sofrimento enfrentado pelo povo de Donbass, argumentando que a opressão se originou a partir da inexorabilidade do povo ucraniano em relação a aqueles que “decidiram se reunificar com a Rússia” (Putin, 2022b, tradução nossa), e que mesmo com todos os esforços por parte do governo russo, a persistência do conflito fez com que não sobrasse outra opção que não fosse iniciar uma operação militar especial em Donbass. Para substantiar essa decisão, foi resgatado o Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, que garante o direito de autodefesa, e os tratados de amizade e assistência mútua com as Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk.

Não obstante, Putin seguiu adiante com a narrativa política de proteção dos compatriotas vivendo em Donbass, aos quais ele se refere também como cidadãos da Federação Russa, defendendo o direito deles de poderem fazer suas próprias escolhas, que nesse sentido foi a de estarem juntos com sua “pátria histórica, Rússia” (Putin, 2022b, tradução nossa), em razão da cultura, valores, experiências e tradições compartilhadas graças aos seus ancestrais comuns (Putin, 2022b).

A mobilização desses elementos, novamente, foi o que permitiu que as ações tomadas pelo governo russo fossem enquadradas como legítimas, dado que o processo de legitimação é construído por meio de uma narrativa política. Esta, por sua vez, pode ser estruturada a partir da compreensão que determinado ator possui da realidade, com base em ideias, valores, crenças e motivações, buscando convencer uma audiência de que aquele discurso é válido e capaz de justificar as tomadas de decisão (Araujo, 2025).

Por fim, Putin completa seu discurso garantindo que as tentativas de impor ameaças à Rússia e ao seu povo serão respondidas imediatamente, com consequências “nunca vistas na história” (Putin, 2022b, tradução nossa), e que as decisões tomadas serão executadas com o propósito de garantir a segurança da Nação.

A partir disso, as estratégias traçadas pela Rússia para lidar com a nova realidade de guerra e as consequências trazidas por ela, podem ser vistas refletidas nos discursos anuais à Assembleia Federal, proferidos por Vladimir Putin, que serão analisados a seguir.

4.5 Discurso presidencial à Assembleia Federal de 2023

Consistente com sua narrativa política, Vladimir Putin inicia o discurso anual à Assembleia Federal, proferido em 21 de fevereiro de 2023 — um ano após o início da operação militar especial —, abordando a luta do povo de Donbass por “seu direito de viver na sua terra e falar seu idioma nativo” (Putin, 2023, tradução nossa) e como, ao lutar contra a opressão infligida pelo regime de Kiev, “esperaram que a Rússia viesse ajudar” (Putin, 2023, tradução nossa).

Desde o fim da União Soviética, as relações da Rússia com o mundo, historicamente, ajudaram a moldar a condição do Estado russo e o reconhecimento dos seus interesses (Stankevich, 1992). Como visto anteriormente, a política externa reflete a interpretação de como o cenário global funciona e como a projeção do país pode ser feita nacional e internacionalmente, partindo do que é entendido como ameaça e também constituindo os princípios de segurança e interesses nacionais (Zabolotsky; Mielniczuk, 2020). Dessa forma, a percepção da realidade do povo de Donbass, que compartilhava dos mesmos valores, cultura, idioma e laços históricos, e da opressão que eles sofriam devido a isso, possibilitou que o Estado russo encontrasse na defesa dessa população um instrumento para legitimar as suas ações no cenário da política externa. Essa estratégia parte da ideia de que uma narrativa política pode ser articulada como um instrumento discursivo para a proteção do Estado, do povo e dos seus interesses nacionais (Dias, 2013).

Putin segue seu discurso acionando as questões de segurança, apontando a aproximação militar da Ucrânia com o ocidente, bem como a expansão da OTAN, como a causadora dos conflitos em Donbass, alegando que:

Eles estavam simplesmente ganhando tempo, engajando em intrigas políticas, fechando os olhos para os assassinatos do regime de Kiev e para as represálias contra pessoas indesejáveis, bem como para os maus tratos infligidos aos fieis. Eles cada vez mais incitavam os neo-Nazistas ucranianos a realizar ataques terroristas em Donbass. Os oficiais dos batalhões nacionalistas treinaram em academias e escolas ocidentais. Armas também foram fornecidas (Putin, 2023, tradução nossa).

Esses fatores eram apontados como a maior ameaça aos interesses nacionais e à segurança russa, e Putin afirma que a Rússia iria defender firmemente seus interesses, bem como a crença de que o mundo não deveria ser dividido entre “os que se nomeiam civilizados” (Putin, 2023, tradução nossa) e todos os outros. Ao se referir ao ocidente, o presidente russo também declara que é necessário que haja parcerias que rejeitem exclusividades, principalmente se forem agressivas (Putin, 2023). Do mesmo modo, Vladimir Putin retoma o princípio de autodefesa do artigo 51 da Carta das Nações Unidas ao alegar que a guerra foi iniciada pelos países do Ocidente ao se aproximarem das fronteiras russas, e que a

reação da Rússia à expansão ocidental visava apenas neutralizar as ameaças percebidas, uma vez que, apesar dos esforços para resolução da crise, os países ocidentais não estavam dispostos a considerar as preocupações da Rússia acerca da sua segurança (Putin, 2023; Mearsheimer; Rosato, 2023).

Neste discurso de 2023, o resgate da memória surge quando Putin aborda a Grande Guerra Patriótica, frequentemente mencionada como um marco histórico de grande importância para a história da Rússia (Araujo, 2025), para mencionar uma semelhança entre os soldados que morreram durante ela, lutando contra nazistas, e os que morreram nos conflitos em Donbass, lutando contra neo-nazistas (Putin, 2023).

É possível notar que, em um determinado momento, o discurso de Putin passa a abordar temas que se assemelham a uma coalizão entre os princípios das tradições de pensamento Civilizacionista e Estatista. Considerando o ideal civilizacionista de que a Rússia é uma nação distinta, que se diferencia dos outros Estados graças aos seus valores e tradições históricas (Tsygankov; Tsygankov, 2021), o discurso se assemelha a essa ideia ao argumentar que “a Rússia é um país aberto e ao mesmo tempo, uma civilização distinta. [...] essa nossa civilização é o que importa. Nossos ancestrais passaram para nós e nós devemos preservá-la para nossos descendentes e passá-la para eles” (Putin, 2023, tradução nossa). Do mesmo modo, a distinção da Nação russa é ressaltada mais uma vez quando Putin afirma que o povo — que possui características como generosidade, misericórdia e compaixão — é o alicerce da soberania nacional, a fonte de poder do país, e refletem essas mesmas qualidades no Estado (Putin, 2023). Outrossim, ao afirmar que o foco principal do governo é a garantia da segurança, do bem-estar do povo, da soberania e dos interesses nacionais, o discurso se assimila com os princípios estatistas voltados para a estabilidade, soberania, fortalecimento do Estado e sua capacidade de responder a ameaças externas (Primakov, 2003, 2005 *apud* Araujo, 2025, p. 58; Putin, 2023).

Por fim, os laços históricos são, de certa forma, reforçados quando Putin aponta o desenvolvimento cultural de Donbass como algo necessário pois “ajudaria o povo a se sentir conectados com o passado e o presente, e a criar um laço com o futuro, e também sentir uma afiliação com o espaço cultural, histórico e educacional comum da Grande Rússia secular” (Putin, 2023, tradução nossa). Ademais, Putin também enfatiza a relação comum entre as civilizações ao falar da assistência dada pela Rússia às cidades, distritos e vilas de Donetsk e Lugansk como algo feito de forma sincera pois os povos agem como irmãos e irmãs em prol da união entre as nações, e que essa guerra é uma prova dessa conexão:

Estamos juntos novamente, o que significa que nós nos tornamos ainda mais fortes, e nós faremos tudo que estiver ao nosso alcance para trazer de volta a tão esperada paz à nossa terra, e garantir a segurança do nosso povo. Nossos soldados, nossos heróis, estão lutando por isso, pelos seus ancestrais, pelo futuro de seus filhos e netos, para unir o nosso povo (Putin, 2023, tradução nossa).

O discurso é finalizado ressaltando, mais uma vez, a busca pela defesa dos valores e tradições comuns compartilhados por gerações, garantindo que os avanços da Rússia no conflito são em prol da “devoção à nossa Pátria, à nossa vontade e à nossa união” (Putin, 2023, tradução nossa). Isso mostra que a narrativa russa, refletindo os interesses do ator responsável por sua criação (neste caso, Vladimir Putin, o locutor do discurso), continua rigorosa na mobilização dos ideais comuns entre os povos russos e ucranianos, bem como da memória compartilhada, como uma maneira de tornar as ações tomadas pelo Estado em algo legítimo, dada sua preocupação com a segurança do país (Araujo, 2025; Nuzov, 2017).

4.6 Discurso presidencial à Assembleia Federal de 2024

O último discurso observado nesse trabalho foi o proferido por Vladimir Putin em 29 de fevereiro de 2024, o qual, assim como em 2023, iniciou-se abordando o conflito na Ucrânia, e reforçando o apoio russo quanto à decisão do povo de Donbass de se reunificar com a Rússia, através do “seu amor pela Pátria Mãe, transmitida por gerações” (Putin, 2024, tradução nossa).

Dessa vez, ao abordar a defesa da soberania e da segurança da Rússia, Putin inclui Donbass:

E hoje, quando nossa Pátria está defendendo sua soberania e segurança, defendendo as vidas dos nossos compatriotas em Donbass e Novorossiia, nossos cidadãos prestam um papel decisivo nessa luta justa — sua unidade e devoção ao nosso país, e nossa responsabilidade conjunta pelo seu futuro (Putin, 2024, tradução nossa).

Novamente, o Ocidente é apresentado como a grande ameaça à segurança russa, e é reforçado também que haverá resistência contra qualquer interferência externa, pois a soberania do Estado deve ser reforçada e preservada por todos, o tempo todo (Putin, 2024).

O presidente Vladimir Putin dedica também um tempo para abordar a defesa dos valores e tradições compartilhados pelas nações russas e ucranianas, falando que existe uma união em prol do direito de expressar suas crenças através de gerações (Putin, 2024).

Adicionalmente, Putin declara que a Rússia está buscando finalizar a guerra com a Ucrânia, ressaltando mais uma vez que não foram eles que iniciaram o conflito, e sim o Ocidente, através das suas expansões, que ameaçam à segurança da Rússia (Putin, 2024). Logo mais, Putin afirma que o país necessita que as forças continuem sendo mobilizadas para que seja possível neutralizar essas ameaças (Putin, 2024). Diante disso, um diálogo com o

Ocidente em prol da segurança e estabilidade global é apontado como possível apenas se houver consideração pelos interesses nacionais da Rússia (Putin, 2024).

Por fim, os valores, tradições, cultura, história e princípios são apontados como elementos que foram passados de geração em geração e que necessitam ser resguardados (Putin, 2024). Isso demonstra que a articulação desses ideais permanece como um elemento central na narrativa construída pelo governo russo, continuando como um meio para legitimação das suas ações no campo da política externa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa buscou-se compreender o acionamento de elementos ideacionais, como valores, cultura, tradição e a história compartilhada entre a Rússia e a Ucrânia, na construção da identidade e interesses nacionais russos, e sua instrumentalização no processo de legitimação da narrativa política, que conduziu às intervenções militares no território ucraniano, especialmente a “operação militar especial” de 2022. Essa observação partiu da análise dos estudos sobre identidade, narrativa política e legitimação, conjuntamente com o conceito de interesses nacionais. Ao articular essas ideias, foi possível analisar a maneira que o governo russo mobilizou questões acerca de valores, cultura e herança compartilhada entre os povos da Rússia e da Ucrânia para legitimar as intervenções militares na região de Donbass, diante das audiências doméstica e internacional. Essa articulação, por sua vez, foi examinada por meio da análise de documentos oficiais emitidos pelo governo russo, e discursos feitos pelo presidente Vladimir Putin.

A partir da literatura sobre identidade, narrativa política e construção de interesses nacionais, em conjunto com a noção de legitimidade, foi percebida a relação entre esses conceitos e o resgate feito pelo governo russo para formular a política externa do país, desde a dissolução da União Soviética. A reconstrução desses elementos foi orientada pela percepção que os atores envolvidos nela tinham acerca das ameaças externas à segurança, à integridade do Estado, e ao povo russo, residentes do país e no exterior.

Também foi explorada a literatura acerca das escolas de política externa da Rússia, abordadas como tradições de pensamento russas, e sua contribuição para estruturação da política externa do país. Essa conexão parte da ideia de que as tradições de pensamento ajudam a moldar a percepção que as elites políticas russas têm acerca da realidade e do sistema internacional, e essas, por sua vez, guiando-se pelas suas interpretações sobre o funcionamento do mundo, exercem influência sobre a formulação da política externa da Rússia. Dessa forma, procurou-se examinar a presença de princípios postos pelas tradições de pensamento Estatista, Ocidentalista e Civilizacionista nos discursos do governo, sua aplicação na projeção internacional do Estado russo e na construção dos interesses nacionais.

Ademais, a partir da análise dos documentos de Conceito de Política Externa da Federação da Rússia, examinou-se o pressuposto de que o governo russo formulou seus interesses nacionais orientando-os por meio do argumento de defesa da segurança do país, bem como dos valores, tradição, cultura e proteção do povo russo, diante da ameaça apresentada pelo Ocidente. Do mesmo modo, a análise dos discursos proferidos pelo presidente Vladimir Putin, e do artigo “Sobre a Unidade Histórica Entre Russos e

Ucranianos”, teve como objetivo examinar o acionamento de valores, cultura, unidade e história compartilhada entre os povos russos e ucranianos na construção da narrativa política do governo. Essa narrativa, por sua vez, buscava legitimar as ações tomadas no campo de política externa — como a intervenção militar no território de Donbass — através de argumentos voltados para defesa da integridade e soberania da Rússia, e da segurança e direitos dos povos russos residentes no país e na Ucrânia.

Ainda sobre o processo de legitimação da narrativa política da Rússia, notou-se que o governo instrumentalizou, em diversas ocasiões, a memória histórica do país, as guerras e a herança soviética como uma estratégia para validar a atuação do Estado no cenário internacional, assim como perante a sociedade russa. Essa ideia partiu da compreensão de que a história compartilhada entre a Rússia e os demais países do espaço pós-soviético, principalmente a Ucrânia, foi um tema mobilizado no decorrer dos anos, e ganhou força no período em que as pressões do Ocidente sobre a zona de influência russa aumentaram.

De forma semelhante, a narrativa política russa voltou-se para o resgate desses elementos que fazem parte de um passado comum entre as nações pós-soviéticas como uma maneira de reforçar a identidade do Estado. Questões como valores, cultura e tradição podem ser entendidas como um meio para garantir coerência ideológica, e também impulsionar um senso de conformidade ao ‘nacional’ (Heritage; Lee, 2020). Dessa forma, a identidade e a memória, como noções que podem ser reinterpretadas de forma contínua no decorrer dos anos, passaram a viabilizar que a narrativa russa fosse compreendida como legítima, e que as ações do Estado — tanto interna quanto externamente — pudessem ser interpretadas como válidas pela população e pela comunidade internacional.

Sendo assim, ao compreender a influência que os elementos ideacionais possuem na construção da identidade da Rússia, torna-se possível que haja um aprofundamento dos estudos acerca do uso da memória, herança, valores e cultura russa no campo da política externa e interna do país. Pode-se, também, desenvolver análises acerca da eficácia das narrativas políticas em relação ao convencimento da população de que as ações do Estado realmente são legítimas. E por fim, é possível que haja um maior debate acerca da instrumentalização de elementos ideacionais e memória como meio de legitimação de diferentes arranjos de poder no cenário global.

6. REFERÊNCIAS

ADDRESS by the President of the Russian Federation. TASS: Russian News Agency, Moscou, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://tass.com/politics/1407313>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ARAÚJO, Maria Eduarda Carvalho de. **Memória histórica e anexação da Crimeia: o papel das percepções do passado para o processo de legitimação da política externa russa (1999-2014).** 2025. 164 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/56e72bb7-4337-4ba0-ac13-434010a6aea2>. Acesso em: 10 out. 2025.

BACHLEITNER, Kathrin. **Collective Memory in International Relations:** Oxford: Oxford University Press, 2021. Acesso em: 15 nov. 2025.

BENTZEN, Naja. **Ukraine: The Minsk agreements five years on.** European Parliamentary Research Service, PE 646.203, March 2020. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2020/646203/EPRS_ATA\(2020\)646203_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2020/646203/EPRS_ATA(2020)646203_EN.pdf). Acesso em: 16 jan. 2026.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; LOPES MELO, Marlene Catarina de Oliveira; GONÇALVES, Carlos Alberto. 2003. **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais.** In. *Organizações Rurais e Agroindustriais* – Revista de Administração da UFLA. Volume 5, nº 1. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251>. Acesso em: 08 ago. 2025.

CHERKASHIN, Kirill V. «Русская весна» в Донбассе: предпосылки, ход и последствия [“Primavera Russa” no Donbass: pressupostos, curso e consequências]. Постсоветский материк [Continente Pós-Soviético], Moscou, n. 4, p. 4-22, 2021. Disponível em: <https://cyberleninka.ru/article/n/russkaya-vesna-v-donbasse-predposylki-hod-i-posledstviya>. Acesso em: 25 jan. 2026.

COSTA DA SILVA, Danielle; RIBEIRO, Renata Albuquerque; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. **A análise de conteúdo de pronunciamentos oficiais como metodologia interpretativa da política externa brasileira.** Revista Eletrônica de Ciência Política, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 346–363, 2015. DOI: 10.5380/recp.v6i2.39039. Disponível em: <https://www.labmundo.org/wp-content/uploads/2021/07/Discursos-2015-Danielle-Costa-da-Silva-Renata-Albuquerque-Ribeiro-e-Tassia-Camila-de-Oliveira-Carvalho.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

COURMONT, Barthélemy. **L’avenir de l’atlantisme et le débat autour de la politique étrangère française.** Revue internationale et stratégique, nº 108, v. 4, p. 16-25, 2017. DOI: 10.3917/ris.108.0016. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-internationale-et-strategique-2017-4-page-16?lang=fr>. Acesso em: 14 jan. 2026.

DIAS, Vanda Amaro. **A crise ucraniana e a transformação das dinâmicas de segurança na Europa Oriental.** Nação e Defesa, Lisboa, n. 162, p. 45-70, 2022. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD162/Vanda%20Amaro%20Dias.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

DIAS, Vanda Amaro. **Construtivismo crítico: um novo olhar sobre o espaço pós-soviético e a crise na Ucrânia**. e-cadernos CES, Coimbra, n. 19 | 2013, 2013. DOI:10.4000/eces.1601. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1601>. Acesso em: 29 nov. 2025.

FEDERAÇÃO RUSSA (Delegação). **Statement by Mr. Alexander Lukashevich, Permanent Representative of the Russian Federation, at the 1311th Meeting of the OSCE Permanent Council via video teleconference: on the deteriorating situation in Ukraine and continued non-implementation by the Ukrainian authorities of the Minsk agreements**. Vienna, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://www.osce.org/sites/default/files/f/documents/6/a/486586.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FEDERAÇÃO DA RÚSSIA. Vladimir Putin. Presidente da Rússia. **Address by President of the Russian Federation**. Vladimir Putin addressed State Duma deputies, Federation Council members, heads of Russian regions and civil society representatives in the Kremlin. 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20241208144455/http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/20603>. Acesso em: 18 jan. 2026.

FEINSTEIN, S. G.; PIRRO, E. B. **Testing the world order: strategic realism in Russian foreign affairs**. *International Politics*, v. 58, n. 6, p. 817-834, 2021. DOI: 10.1057/s41311-021-00285-5. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41311-021-00285-5>. Acesso em: 13 nov. 2025.

HANSEN, Lene. **Security as Practice: discourse analysis and the Bosnian War**. London: Routledge, 2006.

HERITAGE, Anisa; LEE, Pak K. **Theoretical Framework: International Order-Building, Ontological Security and Legitimation**. In: HERITAGE, Anisa; LEE, Pak K. *Order, Contestation and Ontological Security-Seeking in the South China Sea*. Cham: Springer, 2020. p. iv. ISBN 978-3-030-34806-9. ISBN 978-3-030-34807-6 (eBook). DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-34807-6>. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-34807-6_2. Acesso em: 01 dez. 2025.

HERMANN, Margaret G. **Content Analysis**. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa (eds.). *Qualitative Methods in International Relations: a Pluralist Guide*. London; New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 61–77.

JACKSON, Patrick Thaddeus. **Making Sense of Making Sense: configurational analysis and the double hermeneutic**. In: YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine (ed.). *Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn*. 2. ed. New York: Routledge, 2014. p. 280-305. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315703275-17/making-sense-making-sense-patrick-thaddeus-jackson>. Acesso em: 08 fev. 2026.

KASYMOV, Shavkat. **Statism in Russia: The implications for US–Russian relations**. *Journal of Eurasian Studies*, v. 3, n. 1, p. 58-68, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1016/j.euras.2011.10.007>. Acesso em: 03 nov. 2025.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KUZIO, Taras. **Borders, symbolism and nation-state building: Ukraine and Russia**. *Geopolitics and International Boundaries*, v. 2, n. 2, p. 36-56, 1997.

DOI:10.1080/13629379708407589. Disponível em:
<https://doi.org/10.1080/13629379708407589>. Acesso em: 24 nov. 2025.

LIGHT, Margot. **Russian foreign policy themes in official documents and speeches: tracing continuity and change**. In: CADIER, David; LIGHT, Margot (orgs.). *Russia's Foreign Policy: Ideas, Domestic Politics and External Relations*. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 13-29. DOI:10.1057/9781137468888. ISBN 978-1-137-46888-8. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/9781137468888>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MALINOVA, Olga. **Political Uses of the Great Patriotic War in Post-Soviet Russia from Yeltsin to Putin**. In: FEDOR, Julie et al (ed.). *War and Memory in Russia, Ukraine and Belarus*. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. Cap. 2. p. 43-70.

MAKIO, Danielle; FUCCILLE, Alexandre. **The 2014 Russian invasion of Crimea: identity and geopolitics**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 66, n. 1, p. 16-31, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/wHkJyMxCyXS3rBcjkSFfTxr/?format=html&lang=en>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MATVEEVA, Anna. **Donbas: the post-Soviet conflict that changed Europe**. European Politics and Society, v. 23, n. 3, p. 410–441, 2022. DOI: 10.1080/23745118.2022.2074398. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23745118.2022.2074398>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MEARSHEIMER, John J.; ROSATO, Sebastian. **How States Think: The Rationality of Foreign Policy**. New Haven; London: Yale University Press, 2023.

MITZEN, J. **Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma**. European Journal of International Relations, v. 12, n. 3, p. 341–370, set. 2006. DOI: 10.1177/1354066106067346. Disponível em:
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066106067346>. Acesso em: 12 dez. 2025.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. 1. ed. São Paulo; Brasília: Ed. UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão / IPRI, 2003. 1.152 p. ISBN 978-85-8748-027-9.

NEUMANN, Iver B. **Uses of the Other: “The East” in European Identity Formation**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

NUZOV, Ilya. **The Dynamics of Collective Memory in the Ukraine Crisis: A Transitional Justice Perspective**. International Journal of Transitional Justice, Oxford: Oxford University Press, v. 11, n. 1, p. 132–153, mar. 2017. DOI:10.1093/ijtj/ijw025. Disponível em:
<https://academic.oup.com/ijtj/article-abstract/11/1/132/2998974>. 03 dez. 2025

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (OSCE). **Package of Measures for the Implementation of the Minsk Agreements**. Minsk, 12 fev. 2015. Disponível em: <https://www.osce.org/sites/default/files/f/documents/5/b/140221.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

PUTIN says conflict in eastern Ukraine looks like genocide. The Moscow Times, [s. l.], 10 dez. 2021. Disponível em:

<https://www.themoscowtimes.com/2021/12/10/putin-says-conflict-in-eastern-ukraine-looks-like-genocide-a75780>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Address by the President of the Russian Federation.** Moscou, 21 fev. 2022a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67828>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Address by the President of the Russian Federation.** Moscow, 24 fev. 2022b. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PUTIN, Vladimir. **On the Historical Unity of Russians and Ukrainians.** Moscou, 12 jul. 2021a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Presidential Address to Federal Assembly.** Moscou, 21 fev. 2023. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/70565>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Presidential Address to the Federal Assembly.** Moscou, 29 fev. 2024. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/73585>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Presidential Address to Federal Assembly.** São Petersburgo, 4 jun. 2021b. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/65418>. Acesso em: 20 jan. 2026.

RICOEUR, Paul. **Memory, History, Forgetting.** Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

RÚSSIA. **Foreign Policy Concept of the Russian Federation**, approved by Decree of the President of the Russian Federation No. 229, 31 Mar. 2023. Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/?lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2026

RÚSSIA. **Foreign Policy Concept of the Russian Federation**, approved by President of the Russian Federation Vladimir Putin on 30 Nov. 2016. Moscow: Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation (archive), 1 Dec. 2016. Disponível em: https://archive.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptlCkB6BZ29/content/id/2542248. Acesso em: 20 jan. 2026.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. **Europa ou Ásia? A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas: elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual.** 2016. Tese (Livre Docência) — Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-14092018-162101>. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/8/tde-14092018-162101/publico//2016_AngeloDeOliveiraSegrillo.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

SEGRILLO, Angelo. **Ocidentalismo, eslavofilismo e eurasianismo: intelectuais e políticos em busca da identidade russa.** In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs.)

Intelectuais e modernidades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 51-65. ISBN 978-85-225-0800-6.

STANKEVICH, Sergei. **Russia in Search of Itself**. *The National Interest*, [s. l.], n. 28, p. 47-51, 1992. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/42896790?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 28 jan. 2026.

SUCCI JUNIOR, David Paulo. **Legitimizing Violence: military operations within brazilian borders**. 2022. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas – Unesp, Unicamp e Puc-Sp, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/9e1a4fed-e2f3-4315-8aa8-98f5c7a32cdd>. Acesso em: 22 dez. 2025.

TSYGANKOV, Andrei P.; TSYGANKOV, Pavel A. **Constructing National Values: The Nationally Distinctive Turn in Russian IR Theory and Foreign Policy**. *Foreign Policy Analysis*, v. 17, n. 4, 2021. DOI:10.1093/fpa/orab022. Disponível em: <https://academic.oup.com/fpa/article/17/4/orab022/6321549>. Acesso em: 31 out. 2025.

WHAT is the Minsk agreement and why is it relevant now? Al Jazeera, [s. l.], 9 fev. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/2/9/what-is-the-minsk-agreement-and-why-is-it-relevant-now>. Acesso em: 15 jan. 2026.

WELDES, Jutta. **Constructing national interests**. *European Journal of International Relations*, London: SAGE Publications, v. 2, n. 3, p. 275–318, set. 1996. DOI: 10.1177/1354066196002003001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066196002003001>. Acesso em: 27 out. 2025.

ZABOLOTSKY, Boris Perius; MIELNICZUK, Fabiano Pellin. **Do “outro” lado do Ocidente: a crise ucraniana e a “ameaça russa” nos discursos da OTAN**. *Historiæ*, Rio Grande, v. 11, n. 2, p. 84–107, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12270>. Acesso em: 18 dez. 2025.